

SERVIÇO SOCIAL



MEMÓRIAS E DOCUMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NO IFRN



MEMÓRIAS DO

Editora
UNION

SERVIÇO SOCIAL



OBRA BASEADA NO LIVRO
“<<HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA
ETFRN 1961/1991>>”

AUTORIA: DARLA GABRIELA BEZERRA DE SOUZA



MEMÓRIAS DO

© 2025 – Editora Union

www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com

Autora

Darla Gabriela Bezerra de Souza

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira
Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira
Capa: Freepik/Union
Revisão: Respective authors of the articles

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG
Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT
Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC
Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF
Esp. Ricalael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG
Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC
Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR
Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA
Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Souza, Darla Gabriela Bezerra de
S729m Memórias e Documentos do Serviço Social no IFRN / Darla Gabriela Bezerra de Souza. – Formiga (MG): Editora Union, 2025. 92 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84885-52-3
DOI: 10.29327/5718583

1. Serviço Social. 2. Memórias e Documentos. 3. IFRN. I. Souza, Darla Gabriela Bezerra de. II. Título.

CDD: 361.02
CDU: 36

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.
Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraunion.com.br/2025/11/memorias-e-documentos-do-servico-social.html>



SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	02
II. HISTÓRIA DAS ESCOLAS TÉCNICAS.....	03
III. COMPETE AO SERVIÇO SOCIAL E DE PESQUISA.....	10
IV. SERVIÇO SOCIAL E SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA.....	11
V. SERVIÇO SOCIAL E SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA (1979 A 1986).....	16
VI. SERVIÇO SOCIAL E SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA (1986 A 1991).....	21
VII. CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL.....	25
VIII. RELATÓRIO ANUAL DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO SERVIÇO SOCIAL (1977).....	33
IX. RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DO SS EM 1976.....	40
X. PROPOSTA PEDAGÓGICA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS (1990).....	44
XI. PLANEJAMENTO CURRICULAR.....	53
XII. AÇÃO SUPERVISORA (1982): UM PERFIL DEFINIDO OU BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS DE AÇÃO?.....	73
XIII. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE (1993)....	86
XIV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
XV. REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

Este e-book apresenta um registro histórico e documental sobre a trajetória do Serviço Social no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), reunindo informações e documentos que retratam a atuação das assistentes sociais que contribuíram para a consolidação da profissão na instituição. Originalmente, esses registros estavam datilografados e arquivados fisicamente no setor de Serviço Social, o que limitava seu acesso e divulgação.

Com o propósito de democratizar o acesso à informação e preservar a memória institucional, esta versão digital foi organizada por Darla Gabriela Bezerra de Souza, estudante de Serviço Social do IFRN. O material mantém a fidelidade ao conteúdo original, respeitando a ordem e as informações dos documentos que compõem o acervo histórico, de modo a assegurar a integridade e a precisão dos dados.

Ao disponibilizar este e-book, busca-se não apenas preservar e difundir a memória do Serviço Social no IFRN, mas também oferecer um instrumento de pesquisa e consulta para estudantes, profissionais e demais interessados na história da educação profissional e tecnológica sob a ótica do Serviço Social.

Este trabalho constitui, ainda, uma intervenção acadêmica e profissional desenvolvida no âmbito do estágio supervisionado obrigatório para a conclusão do curso de Bacharelado em Serviço Social. Sob a supervisão de campo das assistentes sociais Júlia Angélica de Oliveira Ataíde e Danielle Albuquerque de Oliveira, e orientação acadêmica da professora Larisse de Oliveira Rodrigues, este material reflete o compromisso ético e político com a valorização da profissão e o fortalecimento da memória institucional do IFRN.



ETFRN



A história das Escolas Técnicas teve início em 23/09/1909, quando o então Presidente Nilo Procópio Peçanha assinava o Decreto 7.556, criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices e implantando, oficialmente, o Ensino Técnico no Brasil.

Em sua edição do dia 11 de novembro desse mesmo ano, o jornal "A República" noticiava: "Dia 1º de janeiro deverá ser instalada nesta capital a Escola de Aprendizes Artífices, criada ultimamente por Decreto do governo da União e para a qual acaba de ser nomeado Diretor o nosso prezado amigo, Dr. Sebastião Fernandes de Oliveira. O novo estabelecimento - continua a notícia - que vem prestar relevantíssimos serviços ao Estado, fornecendo instrução primária e profissional a infância desvalida, funcionará no próprio Estado, sito a rua Presidente Passos, onde esteve o antigo Hospital da Caridade.

Assim, a 04 de novembro daquele mesmo ano, o jurista, humanista e poeta Sebastião Fernandes de Oliveira, é nomeado Diretor. Nessa função permaneceria até o dia 10 de maio de 1915.

O ano de 1910 trouxe consigo o início efetivo do funcionamento do Ensino Técnico no Brasil, Foram inauguradas então as seguintes Escolas: 01/01 (Piauí, Goiás e Mato grosso); 03/01 (Rio grande do Norte); 06/01 (Paraíba); 16/01 (Maranhão e Paraná); 21/01 (Alagoas); 23/01 (Campos/RJ); 16/02 (Pernambuco); 24/02 (Espírito Santo e São Paulo); 01/05 (Sergipe); 24/05 (Ceará); 02/06 (Bahia); 01/08 (Pará); 01/09 (Santa Catarina); 08/09 (Minas Gerais); 01/10 (Amazonas).

Assim, a 03 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Antífices do Rio Grande do Norte se instala no antigo Hospital da Caridade, na rua Presidente Passos; depois, no prédio que hoje abriga a Casa do Estudante do Rio Grande do Norte, pondo em atividade 5 oficinas:" Marcenaria, Sapataria, Alfaiataria, Serralharia e Funilaria. Funcionando em regime de semi-internato, as antigas oficinas ofereciam "uma habilitação aos filhos desfavorecidos da fortuna". Estávamos no início do século.

Em 1914, o já então denominado Liceu Industrial muda de endereço: se transfere para o prédio da Av. Rio Branco, 743, onde hoje funciona a TV. Universitária. No ano seguinte, exatamente no dia 11 de maio de 1915, inicia-se a gestão de Silvino Bezerra Neto. Depois dele, vieram muitos outros: Adalberto Soares de Araújo Amorim (08/04/1918 a 12/09/1922); Liceio Alfredo Scheiner (23/10/1922 a 22/05/1923); Eugênio Gomes Outeiro (26/08/1923 a 19/02/1924); Waldomiro Fetterman (03/08/1925 a 01/03/1927); Alcides Raupp (01/03/1927 a 14/10/1930); Floriano Cavalcanti de Albuquerque (14/10/1930 a 12/11/1930) e Paulo Sarmento (05/09/1931 a 13/08/1935).

Por essa época, a nível nacional, já havia sido introduzido o currículo único nas Escolas (1918), aprovado o Regulamento do ensino profissional técnico (1923) e criada a inspetoria do Ensino Profissional Técnico (1931).

Em 1934, essa mesma inspetoria é transformada em Superintendência do Ensino Profissional. Já em 1937, a recém-criada Superintendência é transformada em Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação. Estávamos na gestão de Antônio Carlos de Melo Barreto (16/09/1935 a 16/03/1939), que antecedeu a Manoel Caetano Filho (24/04/1939 a 08/08/1939).

A década de 40 começa com a criação do Sistema SENAJ/SENAC e com o deslocamento do ensino industrial para o grau do 1º ciclo médio de ensino; e promulgada a Lei Orgânica do Ensino industrial (1942); o Liceu Industrial passa a denominar-se Escola Industrial de Natal.

Na gestão de Jeremias Pinheiro da Câmara Filho (14/09/1939 a 04/10/1954), um acontecimento viria a ter grande significação, nos anos seguintes: a Escola adquire, por 810 mil cruzeiros, uma área de 90 mil m²,

em Morro Branco. Por essa época, veio a chance para os alunos prosseguirem seus estudos em estabelecimentos superiores.

Finalmente, em 1947, inicia-se, na gestão de Pedro Pinheiro de Souza, a construção da "nova" Escola, a qual só viria a ser concluída 20 anos depois. Nos anos seguintes, entre 19/04/1955 e 30/01/1956, a Escola esteve sob a direção de Clodoaldo Carvalho.

No ano de 1959, uma lei federal (nº 3.552), dá às Escolas Técnicas autonomia administrativa, didática e financeira. A Escola passa, então, a ser administrada por um Conselho de Representantes da Comunidade. É formulado o Ensino Industrial e há um deslocamento para o nível de 2º grau; surgem as Escolas Técnicas Federais.

Em 1961, é sancionada então a Lei nº 4.024 (LDB), que fixa as diretrizes e bases da Educação nacional e completa integralmente a equivalência entre o ensino técnico e o ensino secundário, ambos passando a denominação de ensino médio. Neste mesmo ano, a 15 de fevereiro, novamente na gestão de Pedro Pinheiro de Souza (17/02/1956 a 11/04/1962) é instalado o Conselho de Representantes da Escola: Luiz Carlos Abbott Galvão (Presidente); Prof. Alvamar Furtado (vice-presidente e representante do corpo docente); D. Nivaldo Monte (representante do educador); engenheiro Antônio Ramos Tejo (Representante do CREA); engenheiro Milton Dantas (representante da escola de Engenharia) e Messias Dionísio dos Santos (representante da Indústria).

A 02/07/1964, uma Portaria do então Diretor do Ensino Industrial, Armando Hildebrand, relaciona os estabelecimentos de ensino industrial legalmente autorizados a funcionarem já a partir do dia 02/01/64. No Estado do Rio Grande do Norte, dois estabelecimentos: a Escola Doméstica de Natal e a Escola Industrial de Natal estão, mantendo em funcionamento o ginásio Industrial e os cursos técnicos de Mineração e Estradas.

Assim, foi na gestão de Irineu Martins de Lima (11/04/1962 a 30/06/1964) que foram criados - dando cumprimento ao disposto no Decreto nº 615 (20/02/62) e através da Resolução nº 07/62, do Conselho de Representantes (12/12/1962), os cursos técnicos noturnos de Mineração e Estradas. O ginásio Industrial, por sua vez, havia implantado as Artes in-

dustriais, nas áreas de Eletricidade, Cerâmica, Madeira, Metais, Mecânica e Marcenaria.

Nos anos seguintes, com 56 alunos distribuídos em duas turmas, esses cursos entram em funcionamento. Em 1965, já na gestão de Pedro Martins de Lima (30/06/1964 a 1º/03/1968), os 31 primeiros concluintes de Mineração e Estradas são encaminhados para estagiar nas empresas. Nessa época, ainda não existia uma sistematização de procedimentos para a obtenção de estágio para os concluintes.

11 de março de 1967. Dia de festa na Escola. O novo prédio, situado na Av. Salgado Filho, 1559, e que passou 20 anos para ser concluído, finalmente é inaugurado.

Em 1969, o Decreto-lei nº 547 autoriza as Escolas Técnicas Federais a organizar e manter cursos superiores. Surgem, então, os cursos de Engenharia de Operação nas Escolas Técnicas Federais de Minas gerais, Paraná e Celso Suckow da Fonseca/RJ. Desde julho de 1968 que a escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte passará a denominar-se Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Foi ainda em 1969, durante a gestão do Prof. João Faustino Ferreira Neto (22/02/68 a 24/03/1971), que o Conselho de Representantes - tendo então como membros Verissimo Pinheiro de Melo, Osório Bezerra Dantas, Geraldo Serrano e Geraldo de Pinho Pessoa - resolve homologar a Deliberação nº 01/69, do Conselho de Professores da Escola, criando o Curso Colegial Técnico Industrial de Eletromecânica.

A 02 de outubro desse mesmo ano, o Conselho de Representantes desta vez através das assinaturas de Milton Dantas de Medeiros, Verissimo Pinheiro de Melo, Osório Bezerra Dantas, Geraldo Serrano e Geraldo de Pinho Pessoa - homologa a Deliberação nº 17/69, do Conselho Professores (que tinha como presidente o Prof. João Faustino) e cria o Curso Colegial Técnico Industrial de Edificações, exatamente um ano depois, em 22/10/1970, o Conselho de Representantes - através de seu Presidente, Luiz Carlos Abbott Galvão, e dos conselheiros Verissimo Pinheiro de Melo, Milton Dantas de Medeiros, Geraldo Serrano e Osório Bezerra Dantas resolve homologar a Deliberação nº 32/70, do Conselho de Professores da escola (14/10/1970), que propunha o desmembramento do curso de Ele-

tromecânica em Eletrotécnica e Mecânica, o documento do Conselho de Professores justificava que "a adoção de tal medida não trará nenhum prejuízo para as atividades didáticas e pedagógicas deste estabelecimento".

No finalzinho do ano (05/11/1970), uma nova Resolução do Conselho de Representantes trouxe significativa alteração na história da Escola: a extinção gradativa do ginásio Industrial, no prazo de 3 anos. Dessa forma, no ano seguinte, 1971, foram mantidas apenas turmas da 2º, 3º e 4º séries ginasiais; em 1972, turmas de 3º e 4º séries; e em 1973, turmas de 4º séries. Com a criação da Lei nº 5.692/71, o ginásio Industrial passa então a incorporar-se ao Curso Primário, para com ele constituir o Curso fundamental ou do 1º grau. Assim, a ETFRN passa a dedicar-se exclusivamente ao ensino profissionalizante de 2º grau. Esta Lei, trouxe ainda a substituição do regime seriado pelo de matrícula por disciplina e adoção do sistema de crédito.

Somente na gestão de Luciano Rocha Coelho (29/03/71 a 25/03/74), mais especificamente em abril de 1973, é implantado o Serviço de Integração Escola-Empresa, através de convênio celebrado entre a ETFRN e o Departamento do Ensino Médio/MEC. O convênio envolvia - além da assistência financeira do DEM - a orientação e a assistência técnica do SJE-E/SP. Um ano antes, a 03 de março de 1972, o Conselho de Representantes, mais uma vez, autoriza através da Resolução nº 17/72, a criação do Curso de Pesca, a nível de habilitação regular de 2º grau. Este curso, entretanto, nunca chegou efetivamente a entrar em funcionamento.

No 1º semestre de 1973 haviam sido matriculados 63 alunos para o curso de Saneamento e 43 para o curso de Geologia, recém-criados na Escola. Durante todo o ano de 1973, a ETFRN registrou uma matrícula de 2.466 alunos.

Chega 1974, e, com ele, o término do mandato do Presidente do Conselho de Representantes, Luig Carlos Abbbot Galvão, o qual foi substituído pelo engenheiro Vauban Bezerra de Faria. Nesse mesmo ano, começa a gestão do Prof. Arnaldo Arsênio de Azevedo (06/03/1974 a 23/05/1979). São criados, então, a nível nacional, os Conselhos Técnicos

consultivos, que vinham substituir os Conselhos de Representantes com a finalidade de "colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela boa execução da política educacional da Escola". Assim, criado pelo Decreto nº 75.079 (12/12/74) e estruturado pela Portaria nº 736 (20/12/74), o CTC dissolveu o antigo Conselho de Representantes e passou a ter, como Presidente nato, o próprio Diretor da Instituição.

Na gestão do prof. Arnaldo Arsênio, é inaugurado o ginásio de Esportes da Escola (31/10/1975), e criado o Coral Lourdes Guilherme (08/05/1975) - uma reconhecida homenagem póstuma ao trabalho dedicado da antiga professora de canto orfeônico. Nesse ano, o perfil do aluno da ETFRN sofre considerável alteração: é registrado o ingresso da presença feminina, através da matrícula da aluna Nelma Sueli Maninho, no curso de Edificações.

Em 1978, a lei nº 6.545 transforma as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Celso Suckow da Fonseca/RJ em Centros Federais de Educação Tecnológica, e os cursos de Engenharia de Operação em cursos de Engenharia Industrial. Surgem os cursos superiores de Tecnologia de Formação de Docentes para o ensino técnico e de pós-graduação tecnológica.

Inicia-se, então, a gestão do Prof. Marcondes Mundim Guimarães (23/05/1979 a 14/04/1987). É inaugurado o parque aquático (26/10/1980) e o Centro de Lazer da ETFRN (21/08/1981). Ainda em 1981, uma Portaria do Secretário da então SEPS (Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC), de 07 de julho, declara a "regularidade de estudos levados a efeito na ETFRN, referente as habilitações de técnico em Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Geologia, Mecânica, Mineração e Saneamento".

A nível nacional em 1982, o Decreto nº 87.310 regulamenta a Lei nº 6.545, estabelecendo a verticalização do ensino médio e superior de acordo com os princípios que orientam a criação do CEFET'S.

Em Abril de 85, o diretor Marcondes Mundim Guimarães se licencia da direção da escola para assumir, em Brasília, o cargo de confiança de Secretário de Pessoal Civil do então DASP, e posteriormente, o de Secretário de Recursos Humanos da SEPLAN/PR. Nesse interim, a

profº Luzia Vieira de França, então chefe do Departamento de ensino, é indicada para ocupar a direção da escola. No ano seguinte - no dia 30/10/1986 - a comunidade etferniana escolhe pela primeira vez em 77 anos de existência e através do voto direto, seu novo diretor: A profº Luzia Vieira de França, concorrendo com mais de 6 votos, se elege diretora da ETFRN. Após ter seu nome homologado pelo Conselho Técnico Consultivo, a profº Luzia Vieira de França é designada, através do Decreto Presidencial (28/01/87), para exercer, pelo prazo de 4 anos, a função de confiança de Diretora da ETFRN.

Nesse mesmo ano, e criada, no MEC, uma Subsecretaria específica para o trato dos assuntos de ensino de 2º grau - a Subsecretaria de Ensino Técnico, incluindo aí a Educação Técnica e a implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico.

Agora em 89, 80 anos depois, pode-se dizer que está havendo uma preocupação com o aprimoramento do ensino técnico, através da interiorização do ensino de nível médio; da elevação do nível da qualificação e da introdução dos cursos superiores de Tecnologia nas ETF's.

Mas, ainda há muito caminho a percorrer. A estrada é longa, e muitos são os percalços. A dedicação de um trabalho conjunto e harmônico fundamentado em anos de experiência, no entanto, haverá de prevalecer.

SERVIÇO SOCIAL E DE PESQUISA

COMPETE AO SERVIÇO SOCIAL E DE PESQUISA:

I - MOTIVAR, ESTRUTURAR E ORIENTAR GRUPOS DE ALUNOS, OBJETIVANDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL;

II - REALIZAR TRATAMENTO DE CASOS SOCIAIS VISANDO A REMOVER OBSTÁCULOS QUE IMPOSSIBILITEM OU DIFICULTEM A INTEGRAÇÃO SOCIAL DO EDUCANDO;

III - ASSISTIR A SEÇÃO DE CONTROLE DE ATIVIDADES DISCENTES NA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DO GRÊMIO LÍTERO RECREATIVO "NILO PEÇANHA" OU OUTRAS ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS EXISTENTES NA ESCOLA, TENDO EM VISTA UM TRABALHO DE AUTO-DISCIPLINA;

IV - REALIZAR, EM AÇÃO INTEGRADA COM A SEÇÃO DE CONTROLE DE ATIVIDADES DISCENTES, SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL, O TRABALHO COM OS PAIS, PREPARANDO-OS PARA ASSUMIREM SUAS RESPONSABILIDADES EDUCATIVAS, ATRAVÉS DA ANÁLISE DE VALORES PERANTE AS NOVAS GERAÇÕES;

V- REALIZAR PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS E EDUCACIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E EXIGÊNCIAS DA AÇÃO EDUCATIVA - (ART.43, 11 E 111).

(ART. 44 DO REGIMENTO DA ETFRN)

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
-SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA-

Toda ordem institucionalizada consome certa gama de serviços em razão de exigências do meio, dos obstáculos à sua continuação e evolução.

A civilização técnica criou o seu elenco de serviços possíveis e necessários. Nessa extensa pauta de serviços, se encontra o Serviço Social.

Atuando nos diferentes campos de atividades, o Serviço Social no campo da educação surgiu como descreve Ander Egg, muito recentemente, principalmente em Escolas Primárias consistindo em estabelecer e fortalecer as relações entre a escola e a família e integrar a escola os alunos com dificuldades de adaptação, evitando assim a evasão escolar e contribuindo para um melhor rendimento em termos de aprendizagem.

Pelo que podemos depreender, o Serviço Social Escolar passa a ser entendido como o campo do Serviço Social prestado nos estabelecimentos de ensino e cuja ação é dirigida para problemas ou situações que perturbem ou dificultem o processo educativo.

Na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, o Serviço Social surgiu em 1961 por iniciativa do Sr. Luiz Carlos Abbott Galvão, na época ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Representantes, órgão da administração superior do estabelecimento.

Conforme depoimento seu, contido em documento datado de 08/09/72, respondendo às estagiárias de Serviço Social indagações a respeito do surgimento do Serviço Social na Escola, diz ele que, sensibilizado com os sérios problemas sócio-econômicos dos alunos, "originários das camadas mais pobres da comunidade," projetou junta-

mente com o então Pe. Nivaldo Monte, um dos conselheiros, a implantação do Setor de Serviço Social que deveria prestar serviços que possibilitassem: "Primeiro, a ajustagem do aluno que, saindo dos ambientes de miséria e de nenhuma estrutura educativa, necessitasse ser orientado no sentido de uma Integração ao novo meio de vivência e convivência;

Em segundo lugar, o que poderíamos entender como desdobramento do primeiro trabalho: com vistas a esse ajustamento do aluno ao novo meio, seriam diagnosticados todos aqueles casos individuais obstaculadores de um processo educativo, inclusive através de um trabalho junto aos pais e familiares (lar) do aluno".

De acordo com informações do Departamento de Pessoal da ETFRN, somente a partir de 1962 o Assistente Social passou a integrar o quadro de pessoal da referida instituição, podendo-se concluir que, embora projetado em 1961, o Serviço Social na ETFRN somente foi implantado em 1962.

Da época de sua implantação até 1967 (1º semestre), não existe em arquivos nenhuma documentação, deduzindo-se porém, com base em depoimentos de servidores daquela época, que predominava o estudo, diagnóstico e tratamento de casos.

Durante um período que não sabemos precisar, o Serviço Social paralisou as suas atividades, por motivo de afastamento do único Assistente Social integrante do quadro de pessoal da Escola.

Foi a partir de agosto de 1967 com a contratação de duas Assistentes Sociais, que o Serviço Social recomeçou a sua atuação realizando até o final desse ano, um estudo sobre a comunidade escolar tendo em vista a montagem de um plano de ação com base nas necessidades identificadas. No início de 1968 foi elaborado o primeiro plano de ação visando “criar condições que possibilitem uma maior integração do aluno na Escola e a inserção da Escola na comunidade."

A reestruturação do Serviço Social na Escola coincidiu com a reforma administrativa fundamentada conforme documento da Assessoria de Organização e Métodos Administrativos, na necessidade imperiosa da

implantação de uma nova estrutura organizacional que melhor e mais efetivamente atendesse aos objetivos da instituição, considerando o crescente ritmo de desenvolvimento de suas atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão de obra industrial.

Dentro dessa nova estrutura organizacional, o Serviço Social se constituiu um dos setores da Divisão de Assistência escolar e Social, "órgão de estudo, planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de assistência escolar, serviço social e orientação educacional", recebendo a denominação de Setor de Pesquisas e Serviço Social.

Outras estruturas organizacionais se sucederam, tendo o Serviço Social em todas elas funções diversas e atuação em diferentes níveis porém, sempre vinculado à "Assistência" (Escolar, Social Escolar ou Educacional), entendida como prestação de serviços necessários ao efetivo desenvolvimento do processo educativo centrado na ideologia de "formação integral do homem".

A Lei 4.024/61, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional, ratifica a necessidade dessa assistência, através do Art. 91 (um dos artigos que permanecem em vigor): "a assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação das respectivas diretores, através de serviços que atendam ao tratamento de casos individuais, a aplicação de técnicas de grupo e a organização social da comunidade".

Posteriormente, a Lei 5.692/71 reforça a necessidade dessa assistência através do Art. 62: "cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional, que assegurem aos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores, pais e alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino".

Dentro da atual estrutura organizacional da ETFRN, o Serviço Social se constitui uma das equipes técnicas integrantes da Coordenadoria de Orientação Educacional que, conforme organograma, é subordinada ao Departamento de Pedagogia e Apoio Didático cuja ação no contexto da programação educacional, é denominada de "Assistência Educacional", e

entendida como prestação de serviços necessários ao efetivo desenvolvimento do processo educativo. Essa prestação de serviços impõe a existência de equipes técnicas diversificadas e consequentemente, de especialistas diversos: orientadores educacionais, assistentes sociais, médicos dentistas, fisioterapeutas e enfermeiras. A atuação de todos eles tem como ponto de referência comum e permanente, a formação integral do educando visando garantir a efetivação das finalidades da Lei 5.692/71:

- Desenvolvimento de potencialidades;
- Qualificação para o trabalho;
- Preparo para o exercício consciente da cidadania.

Realiza o Serviço Social no contexto dessa Coordenadoria, as mais variadas atividades: de planejamento, coordenação, orientação, assessoramento e pesquisa; envolvendo no âmbito de sua atuação, direta ou indiretamente: corpo discente, docente e administrativo, família e comunidade.

São objetivos específicos do Serviço Social, desde o reinício da sua atuação na ETFRN:

- Conhecer as necessidades da clientela e contribuir com esse conhecimento na fixação das metas da ação educativa;
- Criar condições que possibilitem ao educando uma melhor participação no processo social;
- Realizar orientação individualizada, visando a remoção de obstáculos que dificultem a Integração social do educando.

Integrando a equipe de Serviço Social desde março de 1968, observamos no decorrer dessa nossa experiência, que o enfoque dado à intervenção do Serviço Social foi sempre o de apoio entendido como atividade complementar. Observamos também que essa intervenção tem sido condicionada por uma série de fatores: mudanças sucessivas de estruturas organizacionais, crescimento de clientela e surgimento de novas necessidades, novas políticas operacionais, saída de alguns profissionais e a impossibilidade de substituição em virtude de determinações ministeriais, etc..

Daí, nem sempre as pretensões do Serviço Social terem chegado a termo. Alguns trabalhos iniciados foram interrompidos outros ficaram apenas em projetos, como por exemplo a criação de um Conselho de Alunos.

Contudo, podemos sentir que o Serviço Social tem sido reconhecido como de grande necessidade dentro da ETFRN. Julgamos, no entanto, que reflexões mais profundas sobre a sua prática se fazem necessárias.

Por que o Serviço Social é considerado como apoio e por que a necessidade desse apoio, são questões que sempre nos preocuparam.

Temos a impressão de que o Serviço Social é considerado como apoio, em virtude de existir uma ideologia de "formação Integral do homem", que impõe a atuação de outros profissionais além do professor, sendo reservada ao Serviço Social uma atuação complementar.

O que justifica a necessidade desse apoio, nos leva a crer, que seja a existência de uma clientela numerosa e heterogênea, portadora de problemas os mais diversificados, sendo esse apoio necessário, para que tais problemas não invadam a Escola.

Vale ressaltar que, no nosso entender, uma reflexão sobre a prática do Serviço Social (ou qualquer outra prática profissional) dentro da Escola, deverá partir da análise da evolução histórica da educação brasileira inserida no contexto mais amplo da sociedade; considerando que a Escola não é uma realidade isolada, mas se integra na sociedade como uma das instituições de que se serve o sistema social para o preenchimento de certas funções, entre as quais a de assegurar a sua reprodução.

Natal, 14 de Fevereiro de 1979

Maria Araújo Duarte de Carvalho
Assistente Social

O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

- SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA - 1979 A 1986

**O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA TÉCNICA
FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
- SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA -
1979 A 1986**

No período de 1979 a 1984, embora não tenha havido nenhuma mudança na estrutura básica organizacional da ETFRN, observa-se que Coordenações foram criadas em alguns Departamentos e Coordenadorias e Coordenações já existentes foram passadas de um Departamento para outro, tentando a ETFRN, dessa forma, ajustar-se as novas necessidades e garantir um melhor e mais afetivo atendimento aos seus objetivos que a partir de 1980, acatando as orientações do III PSECD, se voltam "primordialmente, para as necessidades e aspirações da sociedade produtiva, motivando as empresas a participarem mais diretamente de seu sistema educacional", conforme plano geral de atividades ETFRN - 1980, pág 05.

O DPAD, órgão ao qual ficou vinculada a COE e, conseqüentemente, o Serviço Social e demais serviços técnicos desde 1976 (ano de implantação da estrutura básica da ETFRN), permaneceu com as mesmas Coordenadorias até janeiro de 1985. Em fevereiro do referido ano sofreu grandes modificações. Uma das suas Coordenadorias (Supervisão Pedagógica) passou em caráter experimental para o Departamento de Ensino enquanto que, oito Coordenações deste departamento foram incorporadas ao DPAD, passando este a se caracterizar como um Departamento predominantemente de apoio, com visível esvaziamento do pedagógico que antes o caracterizava.

Além das mudanças estruturais, muda também a chefia do DPAD e, decorrência, o direcionamento da sua ação.

Antes das referidas modificações, observava-se que a linha de atuação do mencionado departamento evidenciava preocupação por um trabalho que possibilitasse às pessoas nele envolvidas, não somente o compreende-se como pessoa situada no tempo e no espaço, mas também, como elemento atuante em um projeto de transformação da sociedade.

A partir das "modificações" surge uma "nova" linha de atuação onde a preocupação central é desenvolver um trabalho "de intercâmbio social técnico científico e administrativo com Instituições e Empresas, "sabendo diretamente às equipes integrantes da COE, de acordo com esse direcionamento, "trabalhos de orientação educacional voltados precipuamente para integração do aluno ao contexto da educação técnico-profissionalizante", em outras palavras, trabalhos voltados para o ajustamento do aluno a realidade empresarial.

Em fins de 1985 muda novamente a chefia do DPAD. A insatisfação encontrada pela nova chefia diante da linha de atuação (explícita no parágrafo anterior) proposta para o Departamento e o clima de vida democrática já existente na ETFRN, decorrente das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, suscitaram "a realização de reuniões gerais e trabalhos em pequenos grupos de acordo com as áreas de atuação e tendo por base as questões: por que, para que e para quem existe o referido Departamento na estrutura da Escola".³ A reflexão sobre essas questões levou os profissionais envolvidos a definirem o seguinte objetivo geral para o DPAD:

"Desenvolver ações em função da efetivação de um processo de ensino-aprendizagem que possibilite aos indivíduos nele envolvidos (estudantes e profissionais), a compreensão da Escola e da organização social e a descoberta de possibilidades de atuação nela".

Como podemos verificar, estão presentes no objetivo elementos importantes tais como: visão de organização da sociedade, visão de Escola, processo de ensino-aprendizagem e descoberta de possibilidades de atuação na sociedade.

Não é difícil percebermos que ao assumir a direção de um órgão cada pessoa imprime uma direção coerente com o seu posicionamento diante do mundo e da sociedade. Em relação ao DPAD, não tem acontecido diferente. E, essa direção dada à ação do DPAD (mantenedora e reprodutora ou inovadora, transformadora), reflete diretamente na ação dos Coordenadorias e Coordenações e, conseqüentemente, na ação do Serviço Social demais serviços vinculados às referidas Coordenadorias e Coordenações.

Através da Portaria nº 12/86-GD de 10 de Janeiro de 1986, novas modificações atingem o DPAD e dessa vez, "considerando a necessidade de os serviços técnico-pedagógicos oferecidas pela Escola virem realizar um trabalho integrado, a exemplo da experiência iniciada entre supervisores e Coordenadores," resolve a Direção da ETFRN incorporar administrativamente ao Departamento de Ensino, em caráter experimental e serviços técnicos de Orientação Educacional e Serviço Social.

A incorporação do Serviço de Orientação Educacional e Serviço Social ao Departamento de Ensino para uma ação integrada com o Serviço de Supervisão Pedagógica, suscitou nos profissionais inúmeras preocupações, que vão desde a necessidade de se rever os mencionados serviços face ao direcionamento dado à ação do referido Departamento que voltasse, prioritariamente, para o "aperfeiçoamento do ensino", até a necessidade de se analisar as questões específicas desses Serviços que, de acordo com orientações emanadas da Direção da ETFRN em atendimento às prioridades sociais da Nova República para 1986, devem dirigir suas ações para os problemas fundamentais do processo ensino-aprendizagem: REPETÊNCIA e EVASÃO. Essas ações farão parte de uma proposta pedagógica que, de acordo a Portaria nº 066/86_GD de 25 de março de 1986, deverá ser apresentada à direção pelos respectivos Serviços, agora, integrantes da COEP (Coordenadoria de Orientação Educacional e Pedagógica), uma das Coordenadorias do D.E (Departamento de Ensino), "órgão incumbido de desenvolver o processo ensino-aprendizagem".

No nosso entender, as mudanças efetivadas não evidenciam que a instituição tenha modificado a sua visão em relação ao Serviço Social e demais serviços técnicos. A ETFRN sempre esperou e continua a esperar do Serviço Social e demais serviços técnicos uma ação dirigida para os problemas que perturbem o processo ensino-aprendizagem, estejam tais serviços vinculados ao DPAD, ao DE ou outro departamento. O que tem mudado, na realidade, são as prioridades dadas aos problemas e o direcionamento dado pelas chefias à ação dos Departamentos aos quais se vinculam esses Serviços, cujos reflexos têm dificultado ou facilitado a ação

técnico-pedagógica no contexto desta Escola.

Vale ressaltar, a estreita vinculação dos problemas priorizados pela Instituição, com as prioridades estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, fato que, sem dúvida alguma, evidencia ser a escola fortemente determinada pelo sistema no qual se insere. No entanto, tal evidência não deve impedir que se reconheça o espaço que a escola também representa para a inovação.

Compreendemos que, esperar grandes ou profundas transformações a nível institucional seria utopia, uma vez que estas dependem, em grande parte, do jogo de forças travado na sociedade. Mas, entendemos também que os profissionais contribuirão ou não para a renovação social, dependendo de sua posição ideológica. Com essa afirmação não estamos esquecendo os entraves institucionais que esses profissionais enfrentam na sua prática, nem tão pouco, a importância decisiva da competência profissional.

"A escola não é um local de libertação assegurada, nem é o órgão essencial de repressão; acompanhando o equilíbrio de forças no momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta à nossa atuação"

(Lia Rosemberg)

Natal, 26 de março de 1986.

Maria Araújo Duarte de Carvalho

Assistente Social

O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**- SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA -
1986 A 1991**

O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE SÍNTESE DA SUA HISTÓRIA - 1986 A 1991

Em maio de 1986 foi concluída pela COEP a "Proposta Pedagógica dos Serviços Técnicos" elaborada em atendimento à portaria nº 066/86-GD/ETFRN de 25 de março de 1986, baixada com base em sugestão da própria Equipe da COEP que alegava a necessidade da existência da mesma por dois motivos principais: em 1º lugar, a necessidade de se delimitar um prazo para elaboração da proposta, sob pena de cada equipe (Supervisão, Orientação Educacional, Serviço Social e Psicologia) se envolver nas atividades do dia-a-dia, não havendo tempo para concretização da mesma. Em segundo lugar, entendia à equipe que, ao solicitar por escrito uma proposta de trabalho aos Serviços Técnicos, a Direção, de certa forma, assumiria o compromisso de pelo menos analisar e emitir parecer, fosse no sentido de aprová-la ou não.

A referida proposta, encaminhada à Direção pelo Chefe do Departamento de Ensino (que naquele momento era o Prof. Jairo Fabrício Alves) através do Memo. nº 0124/86-DE de 14 de julho de 1986, foi devolvida à COEP em 26/08/86, com a devida aprovação da Diretora Luzia Vieira de França. A partir daí, oficialmente, a mencionada proposta passou a ser para os Serviços Técnicos integrantes da COEP, um instrumento norteador da sua ação educativa desenvolvida com vistas à "formação do homem crítico, consciente do seu papel como ser humano e como profissional, capaz de contribuir para as transformações sociais necessárias a uma sociedade menos injusta e autoritária" (Proposta Pedagógica dos Serviços Técnicos, página 2).

Pouco tempo depois da implantação da referida proposta, os entraves institucionais enfrentados pelos técnicos na sua prática profissional, especialmente pelos Supervisores Pedagógicos, se intensificaram, acarretando sérias dificuldades que culminaram com a decisão dos

supervisores de assumirem sala de aula, considerando, em especial, a inexistência do Supervisor Pedagógico no quadro da Instituição e o fato de terem feito concurso para a função de professor, não estando pois obrigados a desenvolverem uma ação pedagógica pouco valorizada por grande parte dos professores e sem apoio institucional. Tal fato ocorreu no início de 1987, havendo a partir daí um sensível esvaziamento na ação educativa da COEP cujo aspecto pedagógico propriamente dito sofreu sérios danos, com reflexos negativos que hoje se manifestam no cotidiano desta Escola.

Por outro lado, observa-se que no período de 1986 a 1991, os problemas e dificuldades se avolumaram dia-a-dia dentro da ETFRN. O funcionamento do Estabelecimento tendo "como ferramenta um planejamento atuante e participativo", uma das diretrizes básicas definidas pela Administração da ETFRN no Plano de Metas 1988/1991 (pág 07), não se efetivou.

Observa-se, também, que durante todo esse tempo, o Departamento de Ensino, órgão diretamente responsável pelo desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, vem funcionando como uma nave sem rumo e, o reflexo dessa situação tem dificultado seriamente a ação educativa da COEP e, portanto, do Serviço Social.

Neste contexto, não é difícil compreender que, para os dirigentes desta Escola, o Serviço Social deve se ocupar das "carências" dos alunos, operacionalizando pois a "Política de Assistência ao Educando" do Ministério da Educação, na forma de "Assistência Social ao aluno carente".

É claro que não se pode esquecer que as relações da Escola com os demais fenômenos sociais são de reciprocidade e, sem dúvida alguma, a situação vivida pela ETFRN nesse período tem a ver com a situação caótica que se instalou no País, nesses últimos anos, agravada ainda mais neste 1º ano do governo Collor.

Não se pode esquecer, também, que os dirigentes ao assumirem os destinos de uma instituição, imprimem uma direção coerente com o seu posicionamento diante do mundo e da sociedade, posicionamento esse que na prática se revela através das diretrizes e programas de ação, que no

caso da ETFRN têm sido acima de tudo mantenedores, portanto, estreitamente vinculados às prioridades estabelecidas nos planos do Governo.

Tal constatação não deve, no entanto, encobrir a perspectiva de uma atuação transformadora no interior desta ou de qualquer escola.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

CONSIDERANDO QUE:

- A formação da consciência profissional é fator essencial em qualquer profissão e que o código de ética constitui valioso instrumento de apoio e orientação para os assistentes sociais;
- O serviço social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades;
- Só à luz de uma concepção de vida baseada na natureza e destino do homem, poderá, de fato, o Serviço Social desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno;
- Um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos,

O CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, CFAS, no uso das suas atribuições pelo Dec.994 de 15 de maio de 1962, resolve aprovar o Código de Ética alicerçado nos direitos fundamentais do homem e nas exigências do bem comum, princípios estes reconhecidos pela própria filosofia do Serviço Social.

CAPÍTULO I DA PROFISSÃO

Art. 1º - O Serviço Social constitui o objeto da profissão de assistente Social, de natureza técnico científica e cujo exercício é regulado em todo território nacional pela lei 3.252 de 27.8.1957, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 994 de 15.5.1962.

Art. 2º - O assistente Social, no desempenho da profissão, é obrigado a respeitar as exigências previstas na legislação que lhe é específica, inclusive as contidas neste Código.

Art. 3º - Ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), órgão criados para orientar, disciplinar, e fiscalizar o exercício da profissão de assistente social, caberá a aplicação de medidas disciplinares que venham garantir a

fiel observância das exigências da profissão e do presente Código.

CAPÍTULO II DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 4º - O assistente Social no desempenho das tarefas inerentes a sua profissão deve respeitar a dignidade da pessoa humana que, por sua natureza é um ser inteligente e livre.

Art. 5º - No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhes são devidos, tendo-se em vista o princípio de auto-determinação.

Art. 6º - O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade.

Art. 7º - Ao Assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social.

Art. 8º - O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa.

Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais.

Art.10º - O assistente social no cumprimento de seus deveres cívicos, colaborará nos programas nacionais e internacionais, que se destinam a atender às reais necessidades de melhoria das condições de vida para a sua pátria e para humanidade.

Art.11º - Ao assistente social cumpre respeitar a justiça em todas as suas formas: comutativa, distributiva e social, lutando para o seu fiel

cumprimento, dentro dos princípios de fraternidade: plano nacional e internacional.

Art. 12º - O assistente social conforme estabelece os princípios éticos e a lei penal, deve pautar toda a sua vida profissional incondicionalmente na verdade.

Art. 13º - O assistente social no exercício de sua profissão deve aperfeiçoar sempre seus conhecimentos, incentivando o progresso, a atualização e difusão do Serviço Social.

Art. 14º - O assistente social tem o dever de respeitar as normas óticas das outras profissões, exigindo outrossim respeito aquelas relativas ao Serviço Social, quer atuando individualmente ou em equipes.

CAPÍTULO III DO SEGREDO PROFISSIONAL

Art.15º - O assistente social é obrigado pela política e pela Lei (Art.154 do Código Penal) a guardar o segredo sobre todas as confidencias recebidas e fatos que tenha conhecimento ou haja observado no exercício do sua atividade profissional, obrigando-se a exigir o mesmo segredo de todos os seus colaboradores.

§1º - Tendo-se em vista exclusivamente impedir um mal maior será admissível a revelação de segredo profissional para evitar um dano grave, injusto e atual ao próprio cliente, ao assistente social, a terceiros e ao bem comum.

§2º - A revelação só será feita, após terem sido empregados todos os recursos e todos os esforços, para que o próprio cliente se disponha a revelá-lo.

§3º A revelação será feita dentro do estrito necessário, o mais discretamente possível, quer em relação ao grau e ao número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

Art. 17º - O assistente social não se obriga a depor, como testemunha, sobre fatos de que tenha conhecimento profissional, mas intimidado a prestar depoimento, deverá comparecer perante autoridade competente para declarar-lhe que está ligado apenas à obrigação do segredo profissional, de acordo com o art.144. do código civil.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES PARA COM AS PESSOAS, GRUPOS E COMUNIDADES ATINGIDOS PELO SERVIÇO SOCIAL

Art. 18º - O respeito pela pessoa humana, considerando nos arts. 4º e 5º deste código, deve nortear a atuação do assistente social, mesmo que esta atitude reduza a eficácia imediata da ação.

Art. 19º - O assistente social em seu trabalho junto aos clientes, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo do seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.

Art. 20º - A ação do assistente social será perseverante, a despeito das dificuldades encontradas, não abandonando nenhum trabalho sem justo motivo.

Art. 21º - O assistente social esforça-se-á para que seja mantido um bom entrosamento entre as agências de Serviço Social e demais obras ou serviços da comunidade, com o objetivo de assegurar mútua compreensão e eficiente colaboração.

Parágrafo único - As críticas construtivas que contribuam para o aperfeiçoamento do Serviço Social e entendimento crescente entre as obras, poderão ser feitas pertinentemente e com discrição.

Art. 22º - O assistente social pode interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES PARA COM OS SERVIÇOS EMPREGADORES

Art. 23º - O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes emanadas do seu chefe hierárquico observando as normas administrativas da entidade que o emprega.

Art. 24º - O assistente social tem por dever tratar superiores, colegas e subordinados hierárquicos com o respeito e cortezia devidos, usando discrição, lealdade e justiça no convívio que as obrigações do trabalho impõem.

Art. 25º - O assistente social deve zelar pelo bom nome da entidade que o emprega, prestando-lhe todo esforço para que a mesma alcance com êxito seus legítimos objetivos.

Art. 26º - O assistente social zelará para que seja mantida em seus serviços perfeita organização, fator valioso de eficiência e produtividade, sem contudo burocratizar suas funções.

Art. 28º - O assistente social exercerá suas funções com honestidade, obedecendo rigorosamente aos preceitos éticos e as legítimas exigências da entidade, não se prevalecendo de sua situação para obter vantagens.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES PARA COM OS COLEGAS

Art. 29º - O assistente social deve ter uma atitude leal, de solidariedade e consideração a seus colegas, abstendo-se de críticas e quaisquer atos suscetíveis de prejudicá-los, observando os deveres de ajuda mútua profissional.

Parágrafo único - O espírito de solidariedade não poderá entretanto, induzir o assistente social a ser conivente com o erro ou deixar de combater através de processos adequados os atos que infrinjam os princípios éticos e os dispositivos legais que regulem o exercício da profissão.

Art. 30º - O assistente social não aceitará cargo ou função anteriormente ocupados por um colega, cuja desistência tenha ocorrido por razões de ética profissional prevista no presente código, desde que mantidas as razões determinantes do afastamento.

CAPÍTULO VII DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Art. 31º - O assistente social deve colaborar com os órgãos representativos na sua classe, zelando pelas suas prerrogativas, no sentido de um aperfeiçoamento cada vez maior do Serviço Social e dignificação da profissão.

Parágrafo único - O assistente social não deve excusar-se, sem justa causa, de prestar aos órgãos de classe qualquer colaboração solicitada no âmbito profissional.

Art. 32º - É dever de todo assistente social representar junto aos órgãos de classe, sobre assunto de interesse profissional geral ou pessoal e do bem comum.

CAPÍTULO VIII DO TRABALHO EM EQUIPE

Art. 33º - O assistente social deve exercer suas funções na equipe com imparcialidade, independente de sua posição hierárquica.

Art. 34º - O trabalho em equipe não diminui a responsabilidade de cada profissional pelos seus atos e funções, devendo, na sua atuação, colaborar para o êxito do trabalho em comum.

CAPÍTULO IX DA RESPONSABILIDADE E DA PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE PROFISSIONAL

Art. 35º - O assistente social responderá civil e permanente por atos profissionais danosos a que tenha dado causa nos exercício da sua profis-

são por ignorância culpável, omissão, imprudência, negligência, colaboração ou má fé.

Art. 36 ° - Além do respeito às disposições legais, a responsabilidade moral deve ser o alicerce, em que se assentará o trabalho do assistente social pois na consciência reta estará a maior garantia do respeito e exercício dos direitos individuais e sociais.

Art. 37 ° - Todo assistente social, mesmo fora do exercício de sua profissão deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo procurando firmar sua conduta pessoal por elevação padrão ético, contribuindo para bom conceito da profissão.

Art. 38 ° - É da responsabilidade do assistente social zelar pelas prerrogativas de seus cargo ou funções bem como respeitar as de outrem.

CAPÍTULO X DA APLICAÇÃO E OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO

Art. 39 ° - Todos os que exercem a profissão de assistente social tem o dever de acatar as decisões deste Código e ao inscreverem-se no respectivo Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS, deverão conhece-lo comprometendo-se por escrito, e respeitá-lo.

Art. 40 ° - Compete aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais CRAS em primeira instância, a apuração de faltas cometidas contra esse Código, bem como, a aplicação de penalidade, recebendo recurso ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), conforme estabelecem os arts. 9º e 12º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº994 de 15.05.1962

Art. 41 ° - Os infratores ao presente Código estão sujeitos às seguintes medidas disciplinares.

- a) Advertência confidencial;
- b) Censura confidencial;
- c) Censura pública
- d) Suspensão do exercício da profissão;
- e) Cassação do exercício profissional.

Art. 42 ° - Os processos relativos às infrações do presente Código obedecerão ao disposto no Regimento Interno do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)-(Cap.IV-art.13 a 17) e as normas contidas em “instruções” especificamente baixadas pelo Conselho para este fim.

Art. 43 ° - É dever de todo assistente social zelar pela observância das normas contidas neste Código, dar conhecimento ao Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) da respectiva região, com descrição e fundamentação, de atos que constituírem infrações aos princípios éticos nele contidos.

Parágrafo único: em caso de dúvida sobre o enquadramento de determinado fato nos princípios contidos neste Código, o assistente social poderá formular ao respectivo CRAS consulta não assumindo caráter de denuncia, incorrerá nas mesmas exigências de descrição e fundamentação.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 ° - Caberá ao Conselho Federal do Assistente Social (CFAS) qualquer alteração do presente Código, consultando os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) competindo, ainda aquele órgão, como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na aplicação do mesmo e ainda nos casos omissos.

Art. 45 ° - Caberá ao Conselho Federal do Assistente Social (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) promoverem a mais ampla divulgação deste Código, de modo que seja de pleno conhecimento de entidades nas quais se desenvolvem programas do Serviço Social.

Art. 46° - O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1965

Helena Iracy Junqueira

Maria Augusta de Luna Albano

Arlette Braga

Nair Cruz de Oliveira

Aberlardo Vieira de Araújo

Nair de Sousa Motta

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

**RELATÓRIO ANUAL DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO SERVIÇO
SOCIAL**

1977
NATAL- RN

OBSERVAÇÕES:

- Cumprir horários de despacho usando agenda;
- Qualidade e produtividade nas atividades;
- Ser mais eficaz do que eficiente;
- Recebendo ou transmitindo mensagem, ser claro e objetivo;
- Executar e informar o conteúdo da prancheta;
- Ao terminar seu expediente, desligar os equipamentos e organizar seu ambiente de trabalho.

ATIVIDADES A CUMPRIR:

- 1:** Planejar e coordenar os trabalhos de Serviço Social a nível de Escola.
- 2:** Desenvolver o processo de caracterização sócio-econômico e Educacional de Clientela Escolar, visando conhecer as suas necessidades.
- 3:** Elaboração do Relatório de Caracterização.
- 4:** Realizar triagem de casos e encaminhar a outros especialistas (aqueles que exigem assistência fora da área específica do Serviço Social.
- 5:** Realizar tratamento de casos, visando a remoção de obstáculos que dificultem a integração social do educando.
- 6:** Realizar seleção de candidatos a Bolsas de Estudo em conjunto com outros profissionais.
- 7:** Realizar triagem para outros benefícios mantidos pela Escola com base nos conhecimentos das condições sócio-econômicas do aluno.
- 8:** Participar de congressos, estudos, seminários, encontros e cursos que visem ao aprimoramento da ação do serviço social.
- 9:** Fazer acompanhamento do rendimento escolar dos alunos bolsistas.
- 10:** Participar de reuniões pedagógicas para apresentar resultados da caracterização e outras informações pertinentes ao serviço.
- 11:** Atendimento individual: a alunos, pais de alunos e servidores.
- 12:** participar como membro efetivo do Fórum de Educação pela qualidade (FIERN) e do Conselho da Caixa Escolar, dos Alunos da ETFRN.

SUGESTÕES:

- Informatizar o Serviço Social;
- Espaço físico adequado para divisão do serviço Social;
- Implantar o serviço Social noturno.

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa demonstrar a ação desenvolvida pelo serviço Social em 1977, na busca da consecução dos seus objetivos específicos:

- Conhecer as necessidades da clientela e contribuir com esse conhecimento na fixação das metas de ação educativa da ETFRN;
- Motivar, estruturar o orientar grupos de alunos visando um efetiva participação do educando no processo social;
- Realizar orientação individualizada visando a remoção de obstáculos que dificultem a Integração social do aluno;

Diante da carência de pessoal, deu-se prioridade as atividades que viessem atender as maiores e mais urgentes necessidades da ETFRN. Assim sendo, como poderá ser comprovado pelo documento em foco, algumas atividades específicas deixaram de ser realizadas. As atividades descritas a seguir, no entanto, demonstram o esforço do Serviço Social desta Escola no sentido de ser sempre uma presença atuante, mesmo quando conta com apenas 2 (dois) profissionais.

2. ATIVIDADES REALIZADAS:	QUANTIDADES
2.1- Revisão do questionário sócioeconômico e do sistema de quantificação dos dados	01
2.2- Aplicação do questionário sócioeconômico (alunos Ingressos em 1977)	671

2.3-Análise preliminar dos questionários aplicados	671
2.4- Apuração dos questionários aplicados (contagem de pontos)	671
2.5- Análise final e classificação sócioeconômica dos alunos ingressos	671
2.6- Organização dos questionários om ordem alfabética por grupos	01
2.7- Preparação e entrega das carteiras de identificação da posição sócio-aconômica dos novos alunos	671
2.8 - Preenchimento da Ficha Sócio-econômica dos novos alunos caracterizados	671
2.9 - Reorganização do fichário sócio-econômico, ativo, contendo (após a reorganização) 2074 fichas	01
2.10 - Organização do fichário sócio-econômico, morbo, contendo 850 fichas	01
2.11-Levantamento e relação nominal dos alunos matricula-dos a não caraoterizados, perfazendo um total de 208 alunos	01
2.12 - Levantamento de dados referentes ao "comportamento de entrada" dos alunos ingressos em 197 e caracterizados	671
2.13 - Apuração, tabulação e interpretação dos dados referentes ao "comportamento de entrada"	01
2.14-Levanteamento do nº de alunos, por grupos sócioeconomicos, tendo em vista o conhecimento global e sistemático das necessidades da clientela	01
2.15-Elaboração do relatório da caracterização sócio-econômica e educacional da clientela-1977	46
2.16-Emissão das carteires sócio-econômicas (2º via)	45
2.17-Revisão da situação sócio-econômica de alunos, atendendo solicitação dos mesmos	01

2.18 - Elaboração do Relatório Anual do Programa de Bolsa de Trabalho 1976	01
2.19 - Levantamento da situação do rendimento ensino-aprendizagem dos 530 bolsistas do PEBE, em função da renovação para o 1º semestre de 1977	01
2.20 - Elaboração do documento informativo sobre rendimento ensino-aprendizagem dos bolsistas do PEBE (pedido de renovação - 1º semestre - 1977)	88
2.21 - Contratos dos bolsistas a ingressarem no projeto PEBE- 3 (1º semestre de 1977)	01
2.22- Elaboração da Ficha de inscrição de benefícios	156
2.23 - Análise da documentação dos candidatos a bolsa do PEBE (1º semestre - 1977)	73
2.24 - Revisão dos contratos dos candidatos a bolsa do projeto PEBE - 3 (1º semestre - 1977)	01
2.25 - Elaboração do Mapa de pedidos de reinclusão no PEBE (1º semestre -1977)	19
2.26 - Contratos dos bolsistas que solicitarem reinclusão	01
2.27- Elaboração do novo relatório anual do programa da bolsa de trabalho - 1976, conforme solicitação do DAE.	61
2.28 - Classificação de candidatos ao programa de Bolsa de Trabalho	50
2.29 - Classificação de candidatos ao auxílio de manutenção	01
2.30 - Orientação Individualizada a alunos (casos imediatos)	61
2.31 - Entrevistas com alunos	50
2.32 - Entrevistas com pais de alunos	76
2.32 - Entrevistas com pais de alunos	10

2.33 - Visitas domiciliares	04
2.34 - Acompanhamento de casos de alunos junto a outras instituições da Comunidade	04
2.35 - Reuniões da comissão de benefícios da Caixa Escolar	20
2.36 - Reuniões com a direção	03
2.37 - Organização do arquivo do Serviço	04
2.38 - Aulas sobre Relações Humanas no Trabalho, no curso "Comunicação Administrativa" realizado pelo Serviço de Seleção a Desenvolvimento de Pessoal	01
2.39 - Participação na comissão responsável pela Seleção de pessoal para preenchimento de vagas em caráter de emergência	06
2.40 - Reunião com técnicos do Departamento de Serviço Social da UFRN	02
2.41 - Reuniões com alunos dos Departamento de Serviço Social	06

3. ATIVIDADES NÃO REALIZADAS:

- 3.1 - Orientação Individualizada, no que diz respeito a casos continuados;
- 3.2 - Orientação grupal.

4. DIFICULDADES

- 4.1- Falta de pessoal :- Técnico
 -Administrativo
- 4.2 - O nº da técnicos lotados no Serviço Social não é condizente com o volume de suas atribuições funcionais definidas ao regimento e o problema vai se agravando a cada ano, considerando-se o aumento da clientela e o surgimento de novas necessidades. Por outro lado, conta o referido Serviço, com apenas um auxiliar administrativo.

5. PRECARIDADE DE CONDIÇÕES FÍSICAS

A sala destinada ao Serviço Social é tomada pela claridade e sol durante grande parte do dia, não dispondo de cortinas, nem de ar condicionado, acarretando problemas de saúde para os que nela trabalham e conseqüentemente uma queda de produtividade.

Natal, 15 de dezembro do 1977

Maria Araújo Duarte de Carvalho
Assistente Social

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EQUIPE DE
SERVIÇO SOCIAL NO ANO DE 1976

1- OBJETIVOS DO SERVIÇO SOCIAL:

1.1- Conhecer as necessidades da clientela e contribuir com esse conhecimento na formulação de objetivos e fixação das metas da ação educativa da ETFRN;

1.2- Desenvolver o processo de grupo (motivação, estruturação, caracterização e acompanhamento de grupos, objetivando uma efetiva participação do educando no processo social.

1.3- Desenvolver o processo de casos visando a remoção de obstáculos que dificultem a integração social do educando.

2 - ATIVIDADES REALIZADAS :

2.1- Programa de bolsa de trabalho:

- Inscrição dos candidatos, considerando-se o grupo sócio-econômico, nº de pontos obtidos pelo aluno dentro do respectivo grupo e outras qualidades exigidas para o desempenho da função;
- Encaminhamento dos candidatos classificados aos diversos Departamentos, conforme determinação da Direção e ao SIEE aqueles que deveriam desempenhar funções, fora da escola, em entidades públicas ou privadas;
- Elaboração do relatório parcial sobre os procedimentos adotados pela ETFRN na execução do programa, encaminhado ao DAE, conforme exigência do convênio MEC/ETFRN.

2.2 - Programa especial de bolsas de estudo

- Inscrição de 119 candidatos ao programa, para preenchimento da cota referente ao ano de 1976;
- Orientação aos 119 candidatos quanto ao preenchimento da declaração do Sindicato;
- Recebimento e análise da declaração do Sindicato dos 119 candidatos;
- Preenchimento do FHC (Formulário de Habilitação-Cadastro) dos 119 candidatos.
- Levantamento da renda per-capita dos 119 inscritos;
- Atendimento aos 394 bolsistas que solicitaram renovação da bolsa ou reinclusão no Programa;
- Preparação dos contratos de 224 candidatos e bolsistas a ingressarem no Projeto PEBE-3
- Preparação da documentação de 29 bolsistas que solicitaram reinclusão no programa;
- Levantamento (no Registro Escolar) da situação escolar dos 551 bolsistas beneficiados no 2 semestre de 1975 e dos 561 beneficiados no 1º semestre de 1976, tendo em vista a elaboração de documento exigido pelo PEBE;
- Revisão e visto em toda a documentação dos candidatos e bolsistas;
- Organização da documentação dos candidatos e bolsistas e encaminhamento ao gabinete do Diretor.

2.3 - Projeto de Caracterização Sócio-econômica e Educacional da Clientela Escolar

- Aplicação do questionário sócio-econômico e Educacional (480 alunos ingressos na ETFRN em 1976);
- Análise preliminar dos 480 questionários aplicados;
- Apuração dos 480 questionários;
- Análise final dos 480 questionários e classificação dos alunos, conforme grupos sócio-econômicos;
- Elaboração de gráfico demonstrativo da situação sócio-econômica dos alunos matriculados em 1976;

- Preparação da carteira de Identificação da posição sócio-econômica dos 480 novos alunos;
- Preenchimento da ficha sócio-econômica dos 726 alunos ingressos em 1975 e dos 480 ingressos em 1976;
- Sistematização de dados referentes à Caracterização da Clientela 1974/75;
- Elaboração do documento Caracterização da clientela, em função do Ensaio do Modelo de Planejamento Curricular;
- Levantamento de dados referentes ao "Comportamento de entrada" da clientela ingressa em 1976;
- Elaboração do relatório sobre "Comportamento de entrada" da clientela ingressa em 1976;
- Apresentação, a grupos de professores, dos dados referentes à caracterização da clientela.

2.4 - Caracterização da Escola

- Elaboração de roteiros para coleta de dados;
- Coleta de dados junto a todos os serviços da Escola;
- Análise dos dados coletados;
- Elaboração do documento: Caracterização da Escola, em função do Ensaio do Modelo de Planejamento Curricular.

2.5 - Orientação Individualizada

- 39 entrevista com alunos;
- 06 entrevistas com pais.

2.6 - Coordenação e Assessoramento ao Centro Cívico Escolar "Nilo Peanha".

- Orientação à Diretoria na montagem de projetos, elaboração de relatório avaliativos e documentos diversos;
- Acompanhamento da ação desenvolvida pela Diretoria através de reuniões ordinárias e extra-ordinárias;

- Reuniões com representantes dos cursos homenageados no dia cívico (04);
- Reuniões com equipe do jornal COMUNITEC (02);
- " " Coord, Regional de Centros Cívicos (01);
- " " Assessor Especial em função do Calendário Cívico(02);
- " " O Diretor em função do Planejamento dos dias cívicos;
- " "O Assessor jurídico em função da eleição para presidente e Vice-presidente do Centro Cívico (02);
- Orientação às mesas receptoras e apuradoras de votos (08 mesas);
- Elaboração de documento para o Manual do Aluno.

2.7- Treinamento

- Participação da equipe no treinamento do pessoal técnico com vistas a efetivação do Ensaio do Novo Modelo de Planejamento curricular.

2.8 - Participação em cursos

- Pesquisa de mercado, promoção do Dep. de Assistência à média e pequena indústria;
- ADESG, promoção da Escola Superior de Guerra.

3 - DIFICULDADES

Sobrecarga de atividades para uma equipe de apenas 03 profissionais, deixando-se de realizar : o estudo, diagnós-tico e tratamento de casos (em relação ao processo de casos,fo ram realizados apenas algumas entrevistas com alunos em função de orientação d casos de solução imediata, encaminhados a este serviço).

Natal, 30 de Junho de 1976

Assistentes socias:

Maria Araújo de Carvalho

Maria Dulce Dantas Sales

Margarida Monte de Holanda

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA

PROPOSTA PEDAGÓGICA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

OBSERVAÇÃO: ESTA PROPOSTA, ELABORADA PELA EQUIPE DA COEP EM MAIO DE 1986 E APROVADA PELA DIREÇÃO DESTA ESCOLA EM 14 DE JULHO DE 1986, CONTINUA SENDO O INSTRUMENTO NORTEADOR DA AÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS INTEGRANTES DA REFERIDA COORDENADORIA QUE, EM 1990, SE PROPÕE A OPERACIONALIZAR OS PROJETOS CONSTANTES DO QUADRO SÍNTESE EM ANEXO.

NATAL
FEVEREIRO DE 1990.

SUMÁRIO

I - Justificativa;

II - Introdução;

III - Pressupostos valorativos da Proposta;

IV - Visão geral dos problemas que interferem na ação educativa da ETFRN;

V - Metodologia de ação da COEP;

VI - Considerações finais;

VII - Notas bibliográficas;

VIII - Bibliografia;

IX- Anexo: Quadro Síntese Projetos.

"É ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, numa realidade que não é neutra".

-Paulo Freire

I - JUSTIFICATIVA

O presente documento se origina das reflexões das equipes que compõem os serviços Técnicos da ETFRN (Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Psicologia e Serviço Social) em tomo das seguintes constatações:

- 1** - Necessidade imperiosa de revisão da ação específica dos Serviços Técnicos, em função de um objetivo comum, a partir da junção destes serviços numa única coordenadoria;
- 2** - Insuficiência de uma fundamentação teórica, embasando a prática educativa;
- 3** - Inexistência de um projeto pedagógico como ponto norteador da ação dos Serviços Técnicos nesta Instituição de ensino e necessidade inadiável da elaboração de uma proposta da COEP, coerente com o atual processo de transição vivido pela sociedade brasileira.

Com base na identificação dos pontos mencionados, a proposta foi tomando forma através de um pensar e fazer coletivo. Deve-se considerar que a mesma não se pretende exaustiva sob nenhum aspecto. Na verdade, ela expressa o momento atual dos Serviços Técnicos nesta escola, estando portanto sujeito a modificações e aperfeiçoamentos que contextos futuros venham a exigir.

II - INTRODUÇÃO

Esta proposta pedagógica se caracteriza como uma ação educativa, intencional, sistemática, passível de acompanhamento e avaliação a ser operacionalizada no cotidiano da ETFRN.

Ela não deve ser entendida como um fim em si mesma, mas como um meio, um instrumento norteador da ação dos Serviços Técnicos para a formação do homem crítico, consciente do seu papel como ser humano e como profissional, capaz de contribuir para as transformações sociais necessárias a uma sociedade menos injusta e autoritária. Assim, a proposta se constitui um fio condutor da ação dos Serviços Técnicos, aqui entendida como fundamental e não complementar por ser essencial ao próprio processo educativo.

Deve-se reconhecer que uma proposta desta natureza apresenta limitações inerentes à própria educação, considerada como um dos componentes da vida social organizada e cuja autonomia é, por isso mesmo, relativa, no contexto da sociedade. A relatividade da autonomia da educação se reflete, por extensão, ao âmbito da própria escola, restringindo portanto os planos de ação que dela emanam. Além do mais, enquanto documento ela não representa um desdobramento de um projeto mais amplo desta Escola. Foi pensada e elaborada exclusivamente pelos Serviços Técnicos desta Instituição de ensino, que se constituem apenas uma Coordenadoria do Departamento de Ensino, que por sua vez é um dos departamentos da estrutura organizacional da ETFRN.

Por outro lado, ela encontra possibilidade de viabilização considerando-se as contradições presentes na escola, entendida como instrumento de reprodução, mas também, de transformação social. Um aspecto que se deve ressaltar é que ela foi pautada nas necessidades concretas evidenciadas no cotidiano da Escola, e expressa o pensamento das equipes o que implica necessariamente numa maior unidade de ação e compromisso profissional.

Por fim, levando-se em conta que ela é uma proposta concreta, inserida num tempo e num espaço determinados, suas possibilidades de atingir os fins a que se propõe, se ampliam, tendo-se em vista que ela surge num momento propício de organização da sociedade civil na conquista de novos espaços para outras formas de ação.

Assim compreendida, os demais momentos desta proposta refletirão as ideias até aqui expostas como uma manifestação da dinâmica dos Serviços Técnicos nesta instituição escolar.

II - PRESSUPOSTOS VALORATIVOS DA PROPOSTA

Toda ação educativa reflete uma doutrina filosófica que se baseia numa concepção de Homem e Sociedade. Dessa forma, a ação educativa que esta proposta pedagógica objetiva, se alicerça em pressupostos que refletem uma concepção do Homem como ser concreto; síntese de múlti-

plas determinações, capaz de perceber as contradições do seu tempo, detectando não só a manifestação dos problemas mas também as suas causas fundamentais; capaz de captar e compreender a totalidade dos processos históricos; enfim, homem "ser que é práxis", que reconhece a sua dimensão histórica e age como transformador do mundo.

Perceber o Homem desta forma, significa concebê-lo no contexto "de uma sociedade concreta e determinada historicamente em constante transformação, gerada pelas contradições e lutas entre as classes sociais antagônicas".

Acreditando-se que os fenômenos não ocorrem isoladamente mas como parte de uma totalidade, mantendo entre si uma mútua dependência, as concepções de Homem e de Sociedade aqui explícitas, direcionam a concepção de Educação e de Escola.

Nesta perspectiva, entende-se a Educação como um fenômeno social total. Assim sendo, interpretá-la ou planejá-la implica se ter em vista o conjunto de valores reais que sobre ela influem e os efeitos que dela resultam sobre os demais aspectos da realidade social. Portanto, a educação formal (escola) e a educação informal (família, associação de bairro, igreja, vizinhança, sindicato, associação de classe, meios de comunicação etc.) Nesta concepção, estão intimamente relacionadas, ou seja, entre as duas há uma interconexão recíproca.

Mesmo considerando-se essa dupla dimensão do processo educativo, é importante ressaltar que a escola enquanto instituição formal, é o espaço por excelência, onde as ações delineadas nesta proposta, serão operacionalizadas.

Portanto, percebe-se a escola como o lugar no qual se dá a transmissão de conhecimentos; como um espaço de inovações e mudanças, de disputa entre forças conservadoras e progressistas; produto da prática social dos homens; contraditória em consequência das próprias contradições que ocorrem no âmbito da sociedade.

Assim sendo, as relações da escola com os demais fenômenos sociais são de reciprocidade, de influências mútuas, tendo essa, conforme já foi explicitado, uma autonomia relativa frente aos determinantes sociais

mais amplos. É nesse espaço aberto às inovações que torna-se viável uma ação pedagógica transformadora, assim entendida como uma ação que propicia aos envolvidos no processo educacional;

- Apreender a realidade com lucidez e espírito crítico;
- Descobrir e assumir o seu compromisso diante da realidade;
- Reconhecer a importância da união e da organização como forma de participação responsável na realidade social, tendo em vista sua transformação;
- Redimensionar os conteúdos de ensino, transformando-os em conhecimentos vivos, concretos e associados a realidade social, ou seja, reelaborar criticamente os conteúdos de ensino. Isto significa "criar condições para que os alunos esclareçam ideias, vejam relações, estabeleçam conexões, expressem pensamentos, percebam semelhanças, diferenças, compreendam processos, estime resultados, transfiram conhecimentos, generalizem conceitos, descubram erros de lógica, deduzam conclusões, arrisquem intuições".
- Estas condições, no entanto, sofrem interferência de problemas de natureza diversa que se manifestam no cotidiano da escola e, conseqüentemente da ETFRN.

IV - VISÃO GERAL DOS PROBLEMAS QUE INTERFEREM NA AÇÃO EDUCATIVA DA ETFRN

Problemas externos e internos que influenciam a prática cotidiana da escola, certamente terão peso significativo na viabilização desta proposta. Dentre os problemas que estão presentes no dia a-dia da ação educativa da ETFRN destacam-se:

- Baixo nível sócio-econômico dos alunos. Segundo dados da Caracterização da Clientela em 1985, 75,4% dos alunos são considerados "carentes" (grupos sócio-econômicos A e B), portanto oriundos da classe social de baixo poder aquisitivo. Assim, esses alunos, enfrentam problemas de saúde, desnutrição, desemprego ou

subemprego dos país, pouca estimulação cultural, desjuste familiar, condições precárias de moradia, entre outros. O elevado índice de evasão e repetência constatado semestralmente, é um reflexo dessa situação;

- Complexidade da estrutura e funcionamento dos diferentes graus de ensino, acarretando sérias dificuldades na articulação necessária entre 1º e 2º e 3º graus; rigidez hierárquica e excessiva burocratização nas instituições educacionais. Consequentemente, a estrutura e funcionamento desta escola não fogem a esse tipo de organização. A fragmentação do ato de ensinar, a dicotomia entre a teoria e a prática, o esfacelamento dos conteúdos disciplinares e sua dissociação da realidade, a morosidade na tramitação dos processos administrativos, a excessiva divisão de funções, a desintegração entre serviços e as dificuldades de relacionamento são algumas das consequências da referida estrutura e organização.

Além destes, é importante não se perder de vista problemas outros, tais como:

- Dificuldades de relacionamento professor/aluno;
- Dificuldades do docente em planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas;
- Excesso de disciplinas por professor;
- Precariedade de atendimento ao aluno, nos laboratórios;
- Excesso de alunos por turma;
- Pouca valorização do pedagógico;
- Difusão de comportamento não cooperativo.

Portanto, na busca de alternativa de superação dos problemas enfocados, a COEP propõe uma nova orientação nos procedimentos metodológicos da sua ação.

V - METODOLOGIA DE AÇÃO DA COEP

A metodologia de ação da COEP se fundamenta nos pressupostos valorativos desta proposta e, basicamente, está voltada para os interesses do aluno, possibilitando a discussão de sua problemática essencial. Além disso, significa uma tentativa em desencadear um processo de esclarecimento e desmitificação da realidade, do qual participem todos aqueles envolvidos na ação educativa. Tem sempre presente o processo ensino-aprendizagem como fonte de transformação. Representa uma busca de unidade entre teoria e prática, onde o processo de ação-reflexão-ação se constitui o ponto de convergência do fazer profissional.

Este fazer profissional será operacionalizado através do desenvolvimento de projetos, originários das necessidades educacionais considerados de maior significação no contexto da ETFRN. A escolha dessa metodologia, justifica-se pelo fato de ser o Projeto um instrumento que sistematiza e direciona o desenvolvimento das atividades estando sua duração diretamente relacionada à superação dos problemas que investiga. Portanto, conforme a natureza e a complexidade dos problemas enfocados, os Projetos poderão se desenvolver a curto, médio e longo prazo, e serão avaliados em processo.

Por outro lado, a continuidade da referida metodologia dependerá dos resultados obtidos em cada projeto, da possibilidade de delimitação de novos problemas, da viabilidade de reativar projetos já desenvolvidos, enfim, da própria dinâmica do processo educacional e suas interrelações com o contexto social.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação e o desenvolvimento de uma proposta dessa natureza não é tarefa fácil, sobretudo porque "...requer dos educadores a assunção do compromisso político, que contém em si a preocupação com os problemas, as inquietações e aspirações do povo brasileiro". Em outras palavras, significa dizer que a ação educacional desencadeada à luz desta proposta será permeada por esse mesmo nível de exigência.

Por outro lado, a crença nas possibilidades da mesma desperta, em todos que fazem a COEP, um nível de expectativa favorável no que se refere a sua viabilidade e êxito.

Vale ressaltar que tais aspectos por si só serão insuficientes para assegurar a exequibilidade da proposta mencionada. Ela dependerá, sem dúvida, do apoio incondicional da Direção desta Escola e da confiança e participação dos educadores e educandos. Isto representará um estímulo, não só para a realização das ações nela previstas mas, também para a abertura de novas perspectivas com relação às atividades futuras.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO
COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

ENSAIO DO MODELO DE PLANEJAMENTO CURRICULAR
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

1. Introdução:

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, com sede e foro jurídico na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, é uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e supervisionada pelo Departamento de Ensino Médio nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto 72.538 de 27/07/73, tendo personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, de acordo com a Lei nº 3.552 de 16/02/59.

Criada a 23 de setembro de 1909 pelo Decreto nº 7.566 do Presidente Nilo Peçanha, que instituiu o Ensino profissional no país, com a denominação de Escola de Aprendizes Artífices de Natal, passou posteriormente a denominar-se Liceu Industrial de Natal, Escola Industrial de Natal, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte e somente a partir de 16/06/68, através da Portaria Ministerial nº 331, recebeu a denominação de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Ocupando 90.000 m², dos quais 12.933 correspondentes à área construída, a ETFRN de conformidade com a Lei 5.962 de 11/08/71, se definiu pelo Ensino de 2º grau, oferecendo "Habilitações Profissionais" destinadas à formação de técnicos para o setor secundário da economia.

2. Objetivos:

2.1. Proporcionar a formação integral do adolescente, necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho, e preparo para o exercício consciente da cidadania;

- 2.2.** Contribuir, na esfera de sua atuação, para a consecução dos fins da educação nacional (Lei nº 4.024/61, art. 1º);
- 2.3.** Proporcionar, mediante a realização de programas de ensino supletivo, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular, no todo ou em parte;
- 2.4.** Promover a realização de projetos especiais de formação de mão-de-obra, em, atendimento às necessidades do mercado de trabalho regional;
- 2.5.** Entrosar-se com outras instituições educacionais e com empresas da comunidade, possibilitando o pleno aproveitamento de sua capacidade e o estabelecimento do regime de intercomplementaridade a que se refere a a linha b do art. 3º da Lei 5.692/71.

3. Estrutura organizacional

3.1. Direção

- 3.1.1.** Coordenadoria de Planejamento

- 3.1.2.** Assessorias: Jurídica / Especial

- 3.1.3.** Gabinete

3.2. Conselho técnico consultivo

3.3. Departamento de Pedagogia e Apoio Didático

- 3.3.1.** Coordenadoria de Supervisão Pedagógica

- 3.3.2.** Coordenadoria de Orientação Educacional

- 3.3.3.** Coordenadoria de Recursos Didáticos

3.4. Departamento de Ensino

- 3.4.1.** Coordenadoria de Ensino

- 3.4.2.** Coordenadoria de Registros Escolares

3.5. Departamento de Administração

- 3.5.1.** Divisão de Administração Financeira e Contabilidade

- 3.5.1.1.** Seção de Contabilidade

- 3.5.1.2.** Seção de Execução Financeira e Orçamentária

- 3.5.2.** Divisão de Material e Patrimônio

- 3.5.2.1.** Almoxarifado

- 3.5.2.2.** Seção de Compras

- 3.5.2.3.** Seção de Patrimônio

3.5.3. Divisão de Serviços Auxiliares

3.5.3.1. Seção de Manutenção

3.5.3.2. Seção de Comunicação e Arquivo

3.5.3.3. Seção de Administração da Sede

3.6. Departamento de Pessoal

3.6.1. Serviço de Cadastro e Pagamento

3.6.2. Serviço de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal

3.6.3. Serviço de Legislação e Normas

(anexo 1 - organograma)

4. Cursos Técnicos Ofertados e Suas Áreas Profissionalizantes

Os cursos técnicos ofertados pela ETFRN estão compreendidos em três áreas a saber:

Área 1: Estradas; Edificações e Saneamento.

Área 2: Geologia e Mineração.

Área 3: Eletrotécnica e Mecânica.

5. Organização Curricular dos Cursos Técnicos

O currículo pleno dos cursos técnicos compreende uma parte de Educação Geral e outra de Formação Especial, destinado à habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local e regional.

A educação geral favorece a compreensão de conceitos, abstrações, a generalizações, análise e reflexão sobre fatos e é comum a todos os cursos. A parte especial aprofunda, particulariza e dá utilidade prática aos conhecimentos adquiridos; sendo específica para cada curso.

O currículo é hierarquizado por meio de pré-requisitos, conjunto de conhecimentos cujo estudo, com o necessário aproveitamento, é exigido para matrícula em nova disciplina, área de estudo ou atividade.

O controle de integralização curricular é feito pelo sistema de créditos, correspondendo um crédito a quinze (15) horas aula do total mínimo prefixado para a disciplina, área de estudo ou atividade, excluídas as horas reservadas totalmente à avaliação do aproveitamento. A hora-crédito cor-

responde a uma hora-aula de cinquenta minutos em trabalhos de classe, a duas horas em trabalhos de laboratório ou equivalentes e a três horas em trabalhos de campo e outros de natureza extra-escolar. (anexo 2 - Lista de disciplinas e nº de créditos)

O Estágio Profissional, complementação curricular necessária à habilitação de técnicos de segundo grau, recebe a orientação da Escola e tem a duração mínima de 720 horas, sendo realizado em empresas públicas ou privadas, cabendo a coordenadoria de Orientação Educacional planejar e acompanhar a sua execução juntamente com a empresa.

As vagas oferecidas pelas empresas diretamente à Escola, são distribuídas observando-se, entre outros, os seguintes critérios:

- Aproveitamento escolar;
- Assiduidade às aulas;
- Comportamento disciplinar.

O aproveitamento do estagiário é avaliado levando-se em conta os seguintes fatores:

- Assiduidade;
- Pontualidade;
- Interesse e dedicação ao trabalho;
- Relatório dos trabalhos;
- Informações da empresa.

(anexo 3 - sistemática do estágio)

Sistemática de Planejamento

O planejamento visa a fixar certos objetivos julgados desejáveis, estabelecer uma estratégia para atingi-los, através de certas medidas, instrumentos de ação e uma escala de prioridades. Impõe também o estabelecimento de um sistema de acompanhamento que permita avaliar sua execução, resultando como consequência, sua revisão.

Considerando-se os elementos contidos nesta conceituação, pode-se afirmar que os diversos órgãos da ETFRN elaboram seus planos de ação inexistindo, no entanto, uma unidade quanto ao modelo de plane-

jamento adotado pelos referidos órgãos. Os planos caracterizam-se como isolados, sem o sentido englobante e articulador, próprio de um plano de Educação, na sua acepção moderna.

Vale salientar, no entanto, a preocupação existente no sentido de racionalizar a ação educativa.

A Caracterização Sócio-econômica e Educacional, objetivando o conhecimento das necessidades da clientela, condição básica para a eficácia de um planejamento, significa um dos progressos neste sentido constituindo-se um dos instrumentos utilizados pela ETFRN na tentativa de rever e adequar sua política e programação educacional.

7. Ingresso do aluno na Escola

O ingresso do aluno na ETFRN se faz mediante Exame de Seleção, tendo como finalidade classificar os candidatos para o preenchimento de vagas indistintamente, a Escola oferece oportunidades a qualquer estudante que tenha concluído estudos do 1º grau, ou que, tendo frequentado outros cursos de 2º grau, demonstre interesse pelos cursos por ela oferecidos.

O Exame de Seleção consta de provas que procuram medir os conhecimentos e habilidades que o estudante adquiriu dentro das áreas de estudo concernentes ao 1º grau.

Os candidatos inscritos são submetidos a provas de:

- Comunicação e expressão (compreendendo conhecimentos de Língua Portuguesa);
- Estudos Sociais (abrangendo conhecimentos de Geografia, História e Educação Moral e Cívica);
- Ciências (abrangendo Matemática e Noções de Física, Química e Biologia).

As provas são do tipo "teste objetivo" com itens de múltipla escolha, em nº e adequação suficientes para se verificar os objetivos da Escola de 1º Grau, predominando os conteúdos das 4 (quatro) últimas séries. O julgamento é expresso pelo valor numérico de zero a dez, sendo a nota final do candidato, a média aritmética simples dos graus obtidos nas provas.

A classificação é feita com base na nota final obtida pelo candidato, sendo desclassificado aquele que obtiver zero em qualquer uma das provas.

O total de vagas é preenchido obedecendo-se a ordem decrescente da classificação final.

Em 1976, a Escola ofereceu 500 (quinhentas) vagas, que foram disputadas por 2.110 (dois mil cento e dez) candidatos.

O Exame de Seleção não é exigido quando se trata de alunos ingressos no Regime de Intercomplementaridade.

8. Matrículas nos Cursos Técnicos

A matrícula nos cursos técnicos é feita por conjunto de disciplinas semestrais. A escolha das várias disciplinas, áreas de estudo ou atividades, depende de sua inclusão na lista de ofertas relativas ao período letivo. Para prosseguimento de estudos, é feita a observância dos pré-requisitos e demais exigências constantes da lista de ofertas.

Em relação ao Curso Básico (1º e 2º períodos), são oferecidos estudos considerados básicos para quaisquer das habilitações mantidas pela Escola, incluindo-se, o aconselhamento vocacional, visando a contribuir para a efetivação de opções mais conscientes.

A matrícula relativa a cada período abrange uma fase de instrução e orientação e outra de matrícula propriamente dita, ambas previstas no calendário escolar.

A fase de instrução e orientação destina-se ao aconselhamento do aluno na escolha dos itens curriculares, a cargo de professores-orientadores; bem como à verificação do cumprimento de pré-requisitos e demais exigências a que se condicione a matrícula, inclusive compatibilidade de horário.

O regimento da Escola, em consonância com o artigo 22 parágrafo único da Lei 5.692, prevê a conclusão dos estudos em prazo não superior a 12 (doze) períodos letivos e nem inferior a 6 (seis), neles incluído o estágio profissional. Como podemos observar no quadro evolutivo de matrícula, a procura por algumas das habilitações ofertadas pela ETFRN vem aumen-

tando progressivamente como é o caso de Mineração, Geologia, Eletrotécnica e Edificações; enquanto que, em relação às habilitações de Estradas, Saneamento e Mecânica a procura sofreu um decréscimo considerável no ano em curso ou nos 2 (dois) últimos anos..

Acredita-se haver uma relação entre essa situação e as condições de trabalho oferecidas aos técnicos, pelas empresas. A inexistência de dados que possam comprovar a suposição aqui explícita, impede que se faça uma afirmação ou uma análise fundamentada das causas de tal fenômeno.

6

QUADRO EVOLUTIVO DE MATRÍCULA DOS DIVERSOS CURSOS TÉCNICOS DA ETRN

CURSOS	ANOS LETIVOS													
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
BÁSICO (1º ANO)	056	050	065	068	077	068	162	231	321	423	704	943	721	701
ESTRADAS	-	016	031	038	044	038	038	052	076	102	146	187	178	078
MINERAÇÃO	-	022	045	044	034	011	022	039	074	100	224	288	287	284
EDIFICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	068	096	128	203	267	271
MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	-	-	020	048	063	100	223	143
ELETROTÉCNICA	-	-	-	-	-	-	-	-	076	109	172	256	268	277
SANEAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	020	055	080	024
GEOLOGIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	040	040	119	300
ALUNOS EM CARÁTER ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120
T O T A I S	056	088	141	150	155	117	222	322	635	878	1497	2072	2143	2198

PONTE: COORDENADORIA DE REGISTROS ESCOLARES.

A suposição aqui expressa se baseia apenas em opiniões emitidas informalmente por alunos e em análise comparativa das condições oferecidas pelas empresas, principalmente no que se refere a salário dos técnicos, local de trabalho, atribuições, tarefas executadas, etc.

Por outro lado, a identificação de certas habilitações profissionais com classes socialmente desprestigiadas, talvez impeça muitas vezes os alunos de caminharem para tais carreiras, abandonando setores de extrema importância para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

Vale salientar que neste quadro não está incluída a matrícula para o estágio profissional e que os dados apresentados correspondem à matrícula feita no início do 1º semestre de cada ano.

MATRÍCULA NOS CURSOS TÉCNICOS - 2º SEMESTRE DE 1976

CURSO	P E R Í O D O								TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	CE (+)	
BÁSICO	10	507	-	-	-	-	-	13	530
ESTRADAS	-	-	-	06	-	61	12	22	101
MINERAÇÃO	-	-	68	112	36	130	06	08	360
EDIFICAÇÕES	-	-	26	100	17	107	29	20	299
ELETROTÉCNICA	-	-	38	89	22	135	24	18	326
GEOLOGIA	-	-	34	205	-	56	20	07	322
SANEAMENTO	-	-	-	-	-	23	04	05	32
MECÂNICA	-	-	10	44	-	92	-	10	156
T O T A L	10	507	176	556	75	604	95	103	2.126

(+) CARÁTER ESPECIAL

FONTE: COORDENADORIA DE REGISTROS ESCOLARES.

Os alunos matriculados no 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º períodos em nº de 1.928, estão distribuídos em 65 turmas, nos turnos matutino e vespertino.

TÉCNICOS POR TURNOS DE FUNCIONAMENTO - 1976 - 2º SEMESTRE

CURSO	Nº DE TURMAS		TOTAL
	TURNO MATUTINO	TURNO VESPERTINO	
BÁSICO	06	11	17
ESTRADAS	02	01	03
MINERAÇÃO	06	04	10
EDIFICAÇÕES	06	04	10
ELETROTÉCNICA	04	06	10
GEOLOGIA	04	05	09
SANEAMENTO	01	-	01
MECÂNICA	03	02	05
T O T A L	32	33	65

FONTE: COORDENADORIA DE ENSINO

Além das turmas regulares, existem em funcionamento 65 turmas especiais (dessas, 29 de Inglês e 12 de Francês), constituídas de alunos matriculados por disciplina, inserindo-se nelas alunos dos períodos diversos (1ª a 6ª) e alunos matriculados em Caráter Especial. Dentro das turmas regulares, estão inseridos também alguns alunos em Caráter Especial e no Regime de Intercomplementaridade.

Quanto aos alunos matriculados no 7º período, em nº 453 no ano de 1976, encontra-se no exercício orientado da profissão (aspecto fundamental na formação do Técnico de nível Médio), distribuídos em empresas diversas do Rio Grande do Norte e de outros estados do Brasil, conforme comprova o quadro seguinte:

ESTÁGIO PROFISSIONAL - 1976								
1ª e 2ª SEMESTRE								
ESTADOS	Nº DE ESTAGIÁRIO POR CURSO							TOTAL
	EDIFICAÇÕES	ELEOTÉCNICA	ESTRADAS	GEOLOGIA	MECÂNICA	MINERAÇÃO	SANEAMENTO	
RN	84	41	21	03	25	06	17	197
CE	13	28	09	-	-	02	01	53
PE	02	01	06	07	-	10	-	26
DF	01	-	-	-	-	-	-	01
RR	01	04	03	-	04	-	-	12
RJ	-	05	-	01	-	01	-	07
BA	-	01	04	12	03	10	-	30
PB	-	-	04	-	-	-	-	04
SP	-	-	04	-	08	-	-	12
PI	-	-	09	-	04	-	-	13
GO	-	-	-	18	-	12	-	30
PA	-	-	-	05	-	20	-	25
PR	-	-	-	03	-	-	-	03
RS	-	-	-	01	01	-	-	02
MG	-	-	-	03	-	09	-	13
ES	-	-	-	-	01	-	-	01
SE	-	-	-	-	-	06	-	06
AM	-	-	-	-	-	13	-	13
RO	-	-	-	-	-	03	-	03
MA	-	-	-	01	-	-	-	01
AP	-	-	-	-	-	01	-	01
TOTAL	101	80	60	54	46	93	19	453

SOME: COORDENADORIA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.

9. Matrícula em Regime de Intercomplementaridade

Em 1976, a Escola recebeu 244 alunos em Regime de Intercomplementaridade, oriundos de estabelecimentos de ensino estaduais e particulares. Desses, 77 receberam certificado de Desenhista de Arquitetura, havendo no 1º semestre 6 evasões. Permanecem, portanto, 161 alunos no referido regime, estando 11 deles distribuídos nos turnos diurnos (em períodos diversos do Curso de Edificações) e 150 no noturno, integrando 6 turmas de apenas duas habilitações: Desenhista de Arquitetura e laboratorista de Solos e Pavimentação. As demais habilitações ofertadas pela Escola neste regime são: Desenhista de Instalações Elétricas, Desenhista de Instalações Hidráulicas e Auxiliar Técnico de Eletrotécnica.

10. Matrícula no Curso Supletivo e Cursos Extraordinários.

A ETFRN mantém em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, o Curso Supletivo de 1º grau com 14 turmas noturnas, cuja matrícula totaliza 400 alunos.

Em relação aos cursos Extraordinários, a Escola (através de 23 convênios com o PIPMO), matriculou no decorrer do ano em curso, 416 alunos distribuídos em 26 turmas noturnas dos Cursos abaixo relacionados:

- Telefonista Recepcionista;
- Reparadores de Aparelhos de Ar Condicionado;
- Enrolador de Motores Elétricos;
- Manutenção de Aparelhos de Transmissão;
- Eletricista Instalador;
- Frezador;
- Mecânica de Manutenção;
- Solda Elétrica;
- Mecânica de Automóveis;
- Eletricista de Automóveis;
- Torneiro Mecânico;
- Eletricista de Instalações Domiciliares;
- Reparadores de Aparelhos Domésticos;

- Reparadores de Rádio Receptor;
- Oxiacetilênica;
- Hidráulica dos Poços e Equipamentos.

11. Capacidade de Atendimento

Para atendimento a sua clientela, a ETFRN conta com 33 salas de aula com capacidade para 1.260 alunos, 3 salas de desenho (Técnico, Arquitetônico, Topográfico) com capacidade para 120 alunos, 1 sala destinada à Biblioteca com capacidade para 300 alunos, 1 sala de projeções com capacidade para 116 alunos e 8 laboratórios (constituídos de 30 ambientes) com capacidade para 323 alunos, a seguir especificados:

- Laboratório de Línguas

- " " Física
- " " Química
- " " Biologia
- " " Geologia
- " " Mecânica
- " " Edificações
- " " Eletrotécnica

Conta ainda com um Parque Esportivo compreendendo: 1 (um) Campo de Futebol com pista de atletismo cujas arquibancadas tem capacidade para 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas, 1(um) ginásio coberto com capacidade para 2.000 (duas mil) pessoas e 3 (três) quadros descobertos.

Fontes: Departamento de Ensino

Departamento de Pedagogia e Apoio Didático

12. Recursos Didáticos

Dispõe a ETFRN dos seguintes recursos didáticos, utilizados pelo corpo discente, docente, técnico e administrativo:

a) Recursos Áudio-visuais, compreendendo: filmes, diafilmes, opacos, slides, transparências, gravações, discos, cassetes e fitas, fotografias, serviço de som, flanelógrafos e mapas.

b) Gráfica, onde são impressos material didático, administrativo e informativo.

c) Biblioteca, contendo 4.108 livros, conforme levantamento realizado em fevereiro de 1976, englobando: Obras Gerais, Filosofia, Moral Religião, Ciências Sociais, Filologia, Ciências Puras, Ciências Aplicadas, Belas Artes, Literatura em Geral, História, Geografia e Biografia.

Tem a Escola, condições de produzir o seguinte material didático: Cartazes, matrizes, transparências, álbuns seriados, murais, gráficos capas para publicações, foto-slides, cine-som, montagens para jornal, mapas, layout, cópias de plantas.

Fonte: Coordenadoria de Recursos Didáticos.

13. Serviços Assistenciais

Em consonância com o Art. 62 § 1º da Lei 5.692, a ETFRN oferece à sua clientela, "Serviços de Assistência Educacional", através dos Gabinetes Médico e Odontológico, Sala de Fisioterapia e Caixa Escolar.

A assistência médico-odontológica prestada ao educando compreende:

- Tratamento médico preventivo e corretivo;
- Enfermagem;
- Exercícios fisioterápicos;
- Ginástica corretiva;
- Tratamento dentário preventivo e curativo - restaurador;
- Exames radiológicos dentários.

Os demais benefícios assistenciais são prestados ao aluno através da Caixa Escolar, conforme regulamento aprovado pela Portaria nº 168/76 GD de 01/06/76, compreendendo:

- Bolsas de estudo;
- Bolsas de trabalho;
- Auxílios financeiros (eventuais e de manutenção);
- Benefícios coletivos;
- Prêmios (por aproveitamento escolar, cooperação com a administração e por ato de bravura).

A Caixa Escolar é dirigida por uma Comissão de Benefícios e um Secretário Executivo.

A comissão de Benefícios é constituída de 1 (um) representante do Corpo Docente para cada um dos Cursos Regulares da Escola, 3 (três) re-

presentantes do Corpo Discente, Secretário Executivo e 1 (um) Assistente Social, não tendo os dois últimos direito a voto.

Incumbe à Caixa Escolar:

a) Centralizar e coordenar os meios e recursos postos à disposição da Escola para benefícios a alunos nela matriculados.

b) Manter atualizado e ampliar o cadastro de órgãos e empresas públicas, privadas, coletivas ou individuais e pessoas físicas que se proponham a proporcionar Bolsas de Trabalho, assistência financeira e incentivos a alunos da Escola.

c) Promover a seleção dos candidatos aos benefícios obedecendo a classificação dos mesmos, quanto ao grau de carência, feita pela Coordenadoria de Orientação Educacional, do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático.

O Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) e o Programa Bolsa de Trabalho, foram executados, no 1º semestre de 1976, com a coordenação da equipe de S. Social, uma das equipes técnicas integrantes da Coordenadoria de Orientação Educacional, tendo sido 561 o nº de alunos beneficiados com bolsas do PEBE e 56 o nº dos beneficiados com Bolsas de Trabalho, no referido semestre.

Fonte: Coordenadoria de Orientação Educacional
Regulamento da Caixa Escolar

14. Material permanente

Dispõe a ETFRN, entre outros, do material permanente abaixo discriminado:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Máquina de escrever - manual	38
Máquina de escrever - elétrica	08
Máquina de calcular - manual	07
Máquina de calcular - elétrica	07
Máquina de contabilidade	01
Aparelhos telefônicos	60
Geladeira	12
Condicionador de ar	48
Carteira escolar	1.600
Estante	38
Bebedouro	02
Ventilador de teto	18
Ventilador de coluna	04
Ventilador de mesa	03
Mesa de reunião	15
Cadeira de fórmica	150
Cadeira de biblioteca	128
Cadeira de guarnição	205
Mimeógrafo a óleo	02
Duplicador a álcool	02
Fotocopiadora	03
Quadro de giz	46
Bureau	69
Cadeira de auditório	107
Mesa p/estudo (biblioteca)	42
Projeto de cinema	03
Epidioscópio	04
Projeto de slide	03
Retro-projeto	03
Gravador	04
Radiola	01
Máquina fotográfica	02
Kodak visual maker (estojo)	01
Tela	03
Caixa acústica	06
Slide	2.339
Diafilme	124
Mapa	57

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Arquivo biográfico universal	01
Coleção de murais	02
Flanelógrafo	04
Imatógrafo	01
Método Capele	01
Coleção de transparências	01
FONTE: Seção de Patrimônio	

Observação: Deixou-se de incluir no quadro de material permanente, o material de pequeno porte como: grampeador, perfurador, porta-durex, mesa para telefone etc, os instrumentos e equipamentos médico-odontológicos e fisioterápicos e ainda, os instrumentos, máquinas e equipamentos da gráfica e dos laboratórios, devido o grande volume de material existente e a impossibilidade, no momento, de realizar-se um levantamento geral.

15. Comunicações e Transporte

Para comunicação externa e interna dispõe a ETFRN de um centro telefônico, marca PBX, com 8 linhas e 70 ramais sendo que desses, somente 60 são utilizados. Conta ainda com 1 (uma) linha externa ligada diretamente ao gabinete do Diretor, 1 (um) telefone público, 1 (um) Serviço de Som para uso interno e uma Caixa de Coleta dos Correios e Telégrafos.

Em relação a transportes, dispõe a Escola de apenas 4 veículos cujo tipo, marca e ano de fabricação constam no quadro a seguir:

VEÍCULOS EXISTENTES			
QUANTIDADE	TIPO	MARCA	ANO DE FABRICAÇÃO
01	Ônibus	Mercedes Benz	71
01	Kombi	Volkswagen (luxo)	72
01	Kombi	Volkswagen (stand)	75
01	Sedan	Chevrolet (opala)	75
FONTE: Div. de Serviços Auxiliares.			

16. Recursos Humanos

Existem na ETFRN, 256 servidores dos quais 145 integram o Corpo Docente, apresentando a seguinte situação:

PESSOAL DOCENTE	
S I T U A Ç Ã O	Nº
Em exercício	99
Realizando mestrado	07
Realizando curso	01
Em tratamento de saúde	01
A disposição da UFRN e Governo do Estado	10
Em funções de chefia e assessoramento	17
Em funções Tec. Pedagógicas	08
Outros	04
T O T A L	145
FONTES: D.P., D.E., D.P.A.D.	

Dos 99 professores em exercício, 59 lecionam disciplinas de Formação Geral e 40 lecionam disciplinas de Formação Especial.

Dos 08 professores em funções técnico-pedagógicas, 4 são integrantes da Coordenadoria de Supervisão Pedagógica que é constituída de uma equipe de Planejamento e Pesquisa Pedagógica e outra de Estatística e Medidas de Aprendizagem.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Nº DE PROFESSORES		TOTAL
	REGIME DE 40 HORAS	REGIME DE 20 HORAS	
SUPERIOR	20	24	44
CURSOS/UFRN	09	04	13
MÉDIO	02	-	02
TOTAL	31	28	59
FONTE: COORDENADORIA DE ENSINO			

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Nº DE PROFESSORES		TOTAL
	REGIME DE 40 HORAS	REGIME DE 20 HORAS	
SUPERIOR	11	07	18
CURSOS/UFRN	08	05	13
MÉDIO	04	05	09
TOTAL	23	17	40
FONTE: Coordenadoria de Ensino.			

QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES			
QUALIFICAÇÃO	Nº DE PROFESSORES		TOTAL
	FORMAÇÃO GE- RAL	FORMAÇÃO ES- PECIAL	
LICENCIADO	33	01	34
AUTORIZADO	25	32	57
REGISTRO	01	07	08
TOTAL	59	40	99

FONTE: COORDENADORIA DE ENSINO.

O corpo administrativo é constituído de 97 servidores em regime de 40 horas, sendo que desses, 1 (um) se encontra afastado para tratamento de saúde.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO	
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Nº
SUPERIOR (completo)	03
SUPERIOR (incompleto)	24
2º GRAU	36
1º GRAU (completo e incompleto)	34
T O T A L	97

FONTE: Departamento de Pessoal

PESSOAL ADMINISTRATIVO CONFORME FUNÇÕES EXERCIDAS

FUNÇÃO EXERCIDA	Nº
Agente Administrativo (A, B e C)	32
Agente de Portaria (A, B e C)	15
Auxiliar Operacional de Serv. Diversos (A, B e C)	11
Técnico em Contabilidade (A, B e C)	09
Motorista (A)	05
Desenhista (A)	02
Datilógrafo (A e B)	12
Artífice	04
Artífice Carpintaria e Marcenaria	01
Auxiliar Operacional em Ass. Educacionais	01
Auxiliar de Enfermagem (A e B)	03
Mensageiro	01
Direção e Assessoramento Superior	01
T O T A L	97

FONTE: Departamento de Pessoal.

As funções administrativas relacionadas à limpeza, segurança e telefonia, são exercidas por servidores de empresas particulares contratadas pela ETFRN, não incluindo-se portanto, na tabela referente ao pessoal administrativo.

Dentre os 256 servidores da Escola, existem 14 ocupando funções técnicas de nível superior, assim distribuídos: 1 (um) na Coordenadoria de Planejamento do G. da Diretoria, 1 (um) na Div. de Administ. Financeira e Contabilidade de Dep. de Administração, 1 (um) na Coordenadoria de Supervisão Pedegógica e 11 (onze) na Coordenadoria de Orientação Educacional, ambos do Dep. de Pedagogia e Apoio Didático.

ESPECIALIZAÇÃO	FUNÇÃO EXERCIDA	Nº DE TÉCNICOS	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO
Administração Escolar	Téc. Assuntos Educacionais	1	DPAD (Coord. Sup. Pedagógica)
Orientação Educacional	Téc. Ensino e O. Educacional	3	DPAD (Coord. O. Educacional)
Serviço Social	Assistente Social	3	DPAD (Coord. O. Educacional)
Medicina	Médico	1	DPAD (Coord. O. Educacional)
Odontologia	Odontólogo	4	DPAD (Coord. O. Educacional)
Economia	Economista	2	Gab. da Diretoria DA (DAFC)

FONTES: Departamento de Pessoal

Dos 3 (três) Técnicos em Ensino e Orientação Educacional, 1 (um) ocupa função de chefia da Coordenadoria de Orientação Educacional. A referida coordenadoria é constituída de: uma equipe de Orientação Educacional, uma equipe de Serviço Social e uma equipe Médico-Odontológica.

Quanto à carga horária do pessoal técnico, somente o médico trabalha em regime de 30 horas. Os demais, trabalham em regime de 40 horas.

17. Órgão Representativo do Corpo Docente

Existe em funcionamento na ETFRN, o Centro Cívico Escolar "Nilo Feganha, órgão representativo do corpo docente, instituído na forma dos Arts. 31, 32 e 33 do Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971 e das Diretrizes para os Centros Cívicos, expedidas em 31/01/72 pela Comissão Nacional de Moral e Civismo.

Tem o CCENP as seguintes finalidades:

- Colaborar no desenvolvimento das atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- Observar o cumprimento do Código de Ética do aluno da Escola;
- Implementar a atualização e experimentação de métodos aplicáveis as atividades de Ed. Moral e Cívica;
- Centralizar, no âmbito escolar, e irradiar, na comunidade, as atividades de Ed. Moral e Cívica;
- Elaborar o calendário cívico da Escola.

A organização e funcionamento do CCENP são disciplinados em regimento próprio, aprovado pela Direção da Escola, sendo a administração geral incumbência da sua Diretoria composta de: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Orador, Diretores Social, Cultural, Artístico, Esportivo e de Relações Públicas.

Recebe o CCENP, no desenvolvimento de suas atividades, orientação e assessoramento de 1 (uma) Assistente Social designada pela Direção da Escola, através de Portaria.

Estão filiados aos diversos Departamentos do CCENP, os seguintes grupos de alunos:

- Coral Profa. Lourdes Guilherme;
- Equipe do Jornal Comunitec;
- Grupo de Recepcionistas;
- Banda;
- Teatro Laboratório

A ação do CCENP, é desenvolvida conforme projetos anuais, elaborados pelos diversos departamentos e submetidos à aprovação da Direção da Escola.

FONTES: Coordenação do CCENP
Regimento da ETFRN
Regimento do CCENP

18. Serviços Extra-Escola

Funcionam em dependências da ETFRN os seguintes serviços extra-escola:

- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO), ocupando 2 salas com área total de 35 m².
- Cooperativa de Crédito dos Servidores da União Ltda, ocupando 1 sala com área de 8,75m².
- Cantina, ocupando 2 salas com área total de 27,25m².

Associação dos Servidores da ETFRN, ocupando parte da sala onde funciona a Seção de Comunicação e Arquivo.

FONTE: Departamento de Pedagogia e Apoio Didático

OBSERVACÃO: Deixou-se de incluir dados concernentes ao Bairro onde está inserida a ETFRN em virtude da impossibilidade de coletá-los, por estar sendo realizado pela Prefeitura Municipal do Natal, um trabalho de revisão da delimitação dos Bairros e de recadastramento urbano.

ANEXO 4: Instrumental para coleta de dados sobre o bairro onde está inserida a ETFRN.

ANEXO 5: Instrumental utilizado na coleta de dados junto aos diversos Departamentos da ETFRN.

Natal, 29 de outubro de 1976
Equipe de Serviço Social
Maria Araújo Duarte de Carvalho
Margarida Monte de Hollanda
Maria Dulce Dantas Sales

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO
COORDENADORIA DE SUPERVISÃO ESCOLAR

AÇÃO SUPERVISORA: UM PERFIL DEFINIDO
OU BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS DE AÇÃO?

NATAL / MARÇO / 1982

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DIRETOR

Prof: Marcondes Mundim Guimarães

CHEFE DE GABINETE

Prof. Einar Antunes de Lima

ASSESSOR DE ENSINO

Prof. Jairo Fabricio Alves

ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

Bela. Meselemias do Nascimento Idalino

CHEFE DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO E APOIO DIDÁTICO - DPAD

Prof. Janice Azevedo Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE

Prof. Luzia Vieira de França

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA

Prof. Carlos Nazareno Pereira da Costa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL - DP

Econ. Marcelo Henrique de Garcia Maia

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO - COPLAN

Engº Francisco das Chagas de Mariz Fernandes

EQUIPE DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

·- COORDENADORA: Almira Silva Dantas

SUPERVISORES:

Eliane Lucas Silva Cavalcanti Dantas

Francisca Marques Freire

Prof. Jorge de Castro Freitas

Lailson Almeida

Terezinha de Brito Medeiros

TÉCNICOS EDUCACIONAIS:

Cicero Sampaio do Rego

Jose de Andrade Frazão.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO;

2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PERFIL DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA;

3 - A SUPERVISÃO PEDAGOGICA NA ESCOLA TECNICA FEDERAL DORIO GRANDE DO NORTE;

4 - TREINAMENTO EM SERVIÇO - UMA DAS ALTERNATIVAS DE REDIMENSIONAMENTO DA PRÁTICA DA SUPERVISÃO;

5 - CONCLUSÕES;

6 - BIBLIOGRAFIA.

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo nasceu da necessidade de se apresentar no 2º Encontro de Supervisores de Escolas Técnicas Federais, o PERFIL da Supervisão Escolar que vem sendo desenvolvido na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

A definição de um PERFIL da ação supervisora exige, pela própria diversidade de posições que pode assumir o tema em apreço, algumas considerações de ordem teórica que justifiquem o posicionamento da equipe da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, e ao mesmo tempo embasem a elaboração do presente documento.

Os estudos e discussões realizados em torno do tema proposto demonstraram claramente que o PERFIL do Supervisor escolar tem assumido conotações diferentes em cada contexto espaço temporal, sendo por ele determinado. Desta forma, a configuração de um PERFIL para o Supervisor Escolar exige uma inter-relação com o contexto educacional no qual atua. Uma retrospectiva histórica se torna imprescindível para compreensão desse posicionamento, uma vez que possibilita detectar os motivos pelos quais um PERFIL, hoje defendido e aceito por muitos se toma efêmero. Dai defendermos a ideia de que, somente através da busca constante de novas perspectivas de ação, poderá a Supervisão Escolar encontrar caminhos que garantam a realização de um trabalho efetivo.

Essas considerações justificam o título atribuído ao presente trabalho: A Supervisão Escolar: um perfil definido ou busca de novas perspectivas para ação?

2- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PERFIL DA SUPERVISÃO

A Supervisão Pedagógica como os demais serviços técnicos existentes na estrutura educacional, atua na escola e como tal sofre os reflexos e os condicionamentos impostos a esta instituição. Assim, sua prática reflete as tendências educacionais que caracterizam um determinado momento histórico. Daí a afirmativa de que o Perfil da Supervisão não pode ser algo acabado, estático, definido. Ele deve ser mutável, flexível e dinâmico, como mutável, flexível e dinâmico é o próprio processo educacional.

Uma retrospectiva histórica sobre a Supervisão Pedagógica no Brasil traz evidências que justificam as considerações acima efetuadas.

Implantada a partir de 1960, a Supervisão Pedagógica caracterizou-se como um serviço técnico especializado responsável pela eficiência, unidade e racionalidade das atividades desenvolvidas pelos docentes. Para tanto, compete a Supervisão, coordenar o planejamento didático-pedagógico, exercendo o controle da execução das atividades planejadas, avaliar o desempenho docente, orientar, controlar e avaliar, no que se refere aos aspectos pedagógicos, as experiências pedagógicas desenvolvidas na escola.

Assim estruturada, espera-se que a Supervisão solucione os problemas relativos a qualidade do ensino e à melhoria da ação docente. Desta forma, a Supervisão passou a ser considerada como absolutamente necessária ao bom desempenho da atividade docente e, conseqüentemente, a eficácia e eficiência do processo educativo.

Pelas funções que lhe foram atribuídas de caráter eminentemente técnico, pela posição hierárquica que passou a ocupar no sistema escolar, coordenando, acompanhando e assessorando o trabalho docente, gerou um esvaziamento na ação do professor que passou a ser mero executor de normas e ações planejadas pelo Supervisor. A ação supervisora tornou-se, assim, uma ação de controle e vigilância à atividade docente, Caracterizou-se essa ação pela ênfase nos aspectos burocráticos do trabalho educativo: elaboração de planos, muitas vezes dissociado da realidade; objetivos bem definidos cujo verbo de sentido restrito deveria

expressar o comportamento observável; novas metodologias, algumas vezes oriundas de outras realidades, tratamento estatístico de dados, cujo retorno nem sempre chegava ao professor em tempo hábil; e, principalmente usando a expressão de Moacir Jadotti "uma verdadeira psicose" em relação a avaliação.

Este Perfil de Supervisão estava bastante coerente com o ideal educacional que caracterizou os fins da década de 60 até final da década de 70. Era a filosofia funcionalista, pragmatista, da técnica pela técnica, da resolução dos problemas educacionais através do mérito da eficiência pessoal, da utilização de teorias econômicas e psicológicas, que embasava a ação educativa, sem nenhuma inter-relação com o contexto social em que estava inserida. No dizer de Wagner Rossi a educação assumiu nesta época "um papel messiânico".

Como estes eram os valores educacionais da época a Supervisão Pedagógica assim se implantou e se consolidou.

Hoje um novo momento histórico se delineia. Os ideais educacionais já não são mais os mesmos. A educação passa a ser questionada em todos os seus aspectos. O papel que lhe é atribuído já não é mais um "papel messiânico". Não é mais possível analisar os problemas educacionais dissociados do contexto socio-econômico-político.

A prática da Supervisão de caráter eminentemente pedagógico passa a ser altamente questionada. Surge a necessidade de participação, de direcionamento da sua própria ação. O professor não mais aceita as receitas prontas, nem a situação de mero executor. E, em oposição ao supervisor burocrata, é preciso caminhar rumo a uma nova forma de supervisionar. Um novo perfil se delineia, de uma supervisão participante, transformadora, democrática, capaz de promover as pessoas e que cooperativamente busque soluções criativas para os problemas educacionais. Este novo perfil exige da ação supervisora uma dimensão educativa. Neste novo PERFIL o supervisor não se torna um "líder" individualista, mas procura despertar uma gestão coletiva. Não exerce sua atividade de fora, sobre a escola, mas com a comunidade escolar, com os alunos, com os professores. Em vez de propor simplesmente medidas

técnicas e programadas em gabinete, procura envolver-se responsabilizando toda escola pelo seu sucesso, ou pelo seu fracasso. Não se esconde atrás das técnicas”. O horizonte de análise que fundamenta sua ação é praxiológico.

Diante destes dois PERFIS antagônicos que pode assumir a prática da supervisão, torna-se imprescindível ao Supervisor Pedagógico a consciência desta situação e opção por uma dessas duas tendências: ou engaja-se como agente de controle, fazendo concessão à mudança na medida do necessário; ou engaja-se como agente de mudança, dentro das limitações e constrangimentos historicamente impostos à sua atuação.

3 - A SUPERVISÃO NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Supervisão Pedagógica, na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, foi implantada em 1976, conforme decreto que regulamentou a estrutura dessas Escolas. Como na época de sua implantação uma das maiores dificuldades para consecução dos objetivos da Supervisão, era a carência de recursos humanos, foi firmado convênio com o Centro de Estudos de Pessoal do Exército para o desenvolvimento de cursos de especialização em Técnicas de Ensino. Para esses cursos, foram enviados professores e pessoal técnico das Escolas Técnicas Federais que posteriormente passaram a ser os responsáveis pela implantação e ou implementação do serviço de Supervisão. Este curso, como o próprio nome indica, estava direcionado para Técnicas de Ensino e não para formação de Supervisores. Daí a ênfase do trabalho inicial da supervisão: Um serviço preocupado com os aspectos eminentemente pedagógicos, o que bem retrata as funções que lhe foram atribuídas:

- Assessorar o corpo docente da Escola no Planejamento das atividades de ensino aprendizagem;
- Acompanhar a execução dos projetos de disciplina da Escola, coordenando todas as atividades implícitas;
- Realizar reuniões para acompanhamento e avaliação dos trabalhos docentes;

- Acompanhar o trabalho de avaliação dos trabalhos docentes;
- Acompanhar o trabalho de avaliação do rendimento escolar através da análise dos instrumentos de avaliação;
- Diagnóstico de conteúdo;
- Determinação do Índice de dificuldade e do Poder discriminante dos itens do instrumento de avaliação;
- Confecção dos gráficos de rendimento de aprendizagem;
- Elaborar plano de recuperação dos alunos em atraso quanto ao rendimento escolar;

A Supervisão Pedagógica vinha sendo fiel as funções que lhe foram atribuídas, Por ocasião do 1º Encontro de Supervisores realizado em Pelotas, foi analisado a ação supervisora e redefinida sua sistemática de trabalho. Novas metas foram propostas e os objetivos redefinidos numa perspectiva participativa, tais como:

- Diagnosticar as expectativas do Sistema Escolar em Relação à Supervisão;
- Criar linhas de ação centrada nos anseios do corpo docente;
- Obter um comprometimento de todos os agentes Educacionais da Escola;
- Com vistas a consecução desses objetivos, a Supervisão aplicou, junto ao professor, um questionário avaliativo, cujos resultados demonstraram a não aceitação por parte do professor do trabalho que até então vinha sendo desenvolvido;

A necessidade de uma nova postura do Supervisor era patente. E como buscar novos caminhos?

4- TREINAMENTO EM SERVIÇO - UMA DAS ALTERNATIVAS DE REDIMENSIONAMENTO DA PRÁTICA DA SUPERVISÃO

Na busca de uma redefinição da prática da Supervisão na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, foi programado e realizado em convênio com a UFRN, em 1981, um Treinamento para os Supervisores com uma carga horária de 120 horas.

O referido treinamento objetivou:

- Proporcionar aos supervisores alguns fundamentos teóricos que caracterizassem a ação supervisora numa perspectiva tecnoburocrática e numa perspectiva transformadora, participativa;
- Analisar a prática desenvolvida, caracterizando-a face a uma dessas perspectivas;
- Fazer opção por uma linha de trabalho coerente com a perspectiva adotada;
- Elaborar projetos de ação para o exercício de 1982;

Concluindo o treinamento, a Supervisão Pedagógica optou pelo desenvolvimento de uma ação pedagógica participativa e contínua, envolvendo os professores, equipes técnicas, coordenadores de área e de curso, tendo por base os interesses e necessidades dos professores e alunos, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

O ponto de partida para operacionalização dessa linha de trabalho foi um levantamento das expectativas e necessidades dos professores.

A análise dos dados obtidos possibilitaram a elaboração de 4 subprojetos, tais como:

1º Estudo e análise do Currículo atual da ETFRN.

Objetivo Geral

- Oportunizar aos professores estudos e reflexões que subsidiem a elaboração do Currículo Pleno da ETFRN.

Específicos

- Refletir sobre as concepções de Educação que podem subsidiar o currículo da Escola;
- Definir a linha teórica que embasará a elaboração do Currículo da Escola:

- Realizar estudos que subsidiem as decisões sobre os componentes curriculares;
- Analisar o currículo atual face aos estudos realizados;
- Elaborar o Currículo Pleno da ETFRN;

Vale salientar a prioridade que a Supervisão vem dando ao desenvolvimento desse projeto, uma vez que a Escola encontra-se numa fase de reestruturação do Currículo, e reestruturação dos cursos de 6 (seis) para 7 (sete) níveis.

2º Projeto - Treinamento em serviço sobre metodologia de Ensino.

Este projeto nasceu da necessidade de vários professores, principalmente de formação especial de um maior domínio da metodologia de trabalho em sala de aula.

Este projeto tem por objetivo:

Geral

- Propiciar aos professores as condições para utilização com segurança de novos métodos e técnicas de ensino.

Específicos

- Situar os métodos e técnicas como meios para a consecução dos objetivos educacionais;
- Analisar os métodos e técnicas de ensino utilizados em sala de aula;
- Estudar novas técnicas de ensino;
- Analisar as técnicas de ensino como meio para aquisição de hábitos e desenvolvimento de atitudes;
- Analisar as vantagens e as limitações das técnicas de ensino;

3º Projeto - Elaboração de material Instrucional.

Este projeto nasceu da carência de material bibliográfico, devido ao baixo poder aquisitivo de grande número de alunos, bem como da necessidade de se apresentar aos alunos fontes de estudo que não fosse restrita a abordagem de um único autor.

Este projeto objetiva:

Objetivo Geral

- Proporcionar condições ao professor de elaborar material instrucional, visando ao bom desempenho da ação docente e a melhoria do ensino-aprendizagem.

Específicos

- Analisar as características da clientela a quem se destina o material instrucional;
- Definir o tipo de material a ser elaborado, com base no referencial teórico estudado e nas características da clientela;
- Elaborar o material instrucional;
- Analisar o material elaborado.

4º Projeto - Reforço a aprendizagem.

Este projeto nasceu da necessidade de sanar deficiências de aprendizagem dos alunos.

Objetivo Geral

Proporcionar aos alunos que apresentem deficiência de aprendizagem, orientações e esclarecimentos que possibilitem sanar suas dificuldades.

Específicos

- Orientar os alunos sobre a importância dos pré-requisitos para uma aprendizagem efetiva;
- Esclarecer as dificuldades apresentadas pelos alunos;
- Indicar fontes de consulta para os alunos que apresentem dificuldades na aprendizagem.

Paralelamente à execução desses projetos a Supervisão elaborou e vem desenvolvendo um projeto de Treinamento em Serviço para a própria equipe, que tem por objetivo capacita-la para o bom desempenho dos referidos projetos.

5- CONCLUSÕES

A análise da prática da Supervisão Pedagógica da ETFRN, bem como a proposta de trabalho que pretende desenvolver em 1982, demonstra todo um esforço de um grupo na busca de uma redefinição de sua ação. Caracterizar o seu PERFIL numa das tendências apresentadas nas considerações teóricas torna-se difícil. Algo já foi feito, porém, muito resta a fazer. Daí a nossa conclusão. A Equipe de Supervisão da ETFRN, busca novas perspectivas de ação.

6- BIBLIOGRAFIA

- CAFE Marda Helena Barcelos - O Espaço do Supervisor- Palestra proferida no IV Encontro de Supervisores de Educação do Ceara - Fortaleza, Outubro 1981.
- COELHO Ildeu Moreira- Dimensão tecnoburocrática da Supervisão - Palestra proferida no IV Encontro de Supervisores de Educação do Ceará - Fortaleza Outubro, 1981.
- CUNHA Maria Isabel de - A Prática da Supervisão nas Escolas Técnicas Federais Documento apresentado no I Ensetec.
- GADOTTI Moacir - Revisão Crítica do Papel do Pedagogo na atual Sociedade - Educação e Sociedade - Cortez - Ed. Autores Associados N° (1) Set. 1978.
- Supervisão Escolar ou Animação Cultural - Palestra proferida no IV Encontro de Supervisores de Educação do Ceará - Fortaleza, Outubro 1981.
- NOGUEIRA Luiza Maria da Rocha et Alí - Supervisão Educacional - Um referencial teórico - Documento apresentado no I Ensetec.
- ROSSI Wagner - Capitalismo e Educação - Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista - S. Paulo - Cortez & Moraes, 1978.
- SAUL Ana Maria - Alternativas para a Supervisão Educacional Brasileira -Palestra proferida por ocasião do IV Encontro de Supervisores de Educação do Ceará - Fortaleza, Outubro 1981.
- WITTMANN Lauro Costa - Pressupostos Críticos e perspectivas de Atuação para o Supervisor da Educação - Palestra proferida por ocasião do IV Encontro de Supervisores de Educação do Ceará- Fortaleza, Outubro 1981.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

COORDENAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COORDENAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

- Assessoramento ao DDE no que concerne as questões do ensino/aprendizagem;
- Desenvolver atividades junto ao professor, visando contribuir para o aperfeiçoamento do processo ensino/aprendizagem.
- Desenvolver uma ação educativa junto ao aluno, visando a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- Coordenar os serviços técnicos (Supervisão Pedagógica/Orientação Educacional/Serviço Social/Psicologia).

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

- Realização de atividades desenvolvidas junto aos alunos do 1º Período;
- Apresentação da estrutura organizacional da ETFRN;
- Detalhamento dos serviços técnicos da ETFRN;
- Orientação sobre técnicas de estudo;
- Orientação sobre o processo de avaliação, recuperação e dependência (Portarias de: Avaliação, Recuperação e Dependência);
- Análise do rendimento escolar;
- Realização de um trabalho conjunto com Coordenadores para apresentação aos alunos do 1º Período do Curso e do laboratório.
- Realização de um trabalho conjunto: Orientação Educacional, Psicologia e Serviço Social, junto as turmas de 1º Período.
- Atendimento a pais, alunos e professores;
- Acompanhamento a alunos que apresentam deficiência na aprendizagem;
- Participação em reuniões:
 - de pais
 - com alunos recém ingressos

- junto ao grupo de Estudos Sociais
- junto aos demais serviços da Coordenação Técnico Pedagógica.
- Acompanhamento a estagiários da UFRN, curso Pedagogia, habilitação em Orientação Educacional.
- Acompanhamento de alunos em dependência de 1º e 2º Períodos.

SERVIÇO SOCIAL

Ajuda a minimizar questões de rendimento escolar vinculados a aspectos sociais, através de:

- Realização de um trabalho conjunto com o Setor de Merenda Escolar e Coordenação de Apoio ao Aluno.
- Assistência aos alunos carentes no que se refere a concessão de fardamento escolar, além de outros tipos de benefícios;
- Entrevista sócio-econômica e educacional;
- Atendimentos individuais e grupais a alunos, pais de alunos e professores;
- Apresentação aos professores do resultado da caracterização sócio-econômica;

PSICOLOGIA

- Atividade com turmas: 1º Período, 7º Período e Turmas que tenham demanda para um trabalho com a Equipe de Psicologia;
- Ação integrada a outros profissionais;
- Atendimento individualizado;
- Atividade com professores;
- Atendimento individualizado a alunos;
- Ação com pais;
- Atendimento aos responsáveis;
- Atividade com pais;
- Atualização técnica da Equipe de Psicologia Escolar;
- Estudo semanal de texto;
- Participação em pós-graduação;
- Participação em evento extra ETFRN;

- Reuniões administrativas da equipe da Psicologia escolar
- Trabalho de pesquisa:
- Produção de documentos sobre questões do ensino na ETFRN;
- Elaboração de pareceres.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

A equipe de Supervisão Pedagógica tem em atividade no momento, 04 Supervisores que buscam cumprir as atribuições previstas no Regime Interno da ETFRN:

- a)** Assessorar aos Coordenadores de cursos/áreas/disciplinas em questão do ensino/aprendizagem;
- b)** Atender solicitações individuais/coletivas para orientar a elaboração de projetos experimentais/pesquisa área de ensino/aprendizagem;
- c)** Desenvolver ação conjunta com o Serviço de Seleção de pessoal na capacitação de Recursos Humanos para a oferta de cursos, seminários, treinamentos atendendo solicitação docente;
- d)** Fazer atendimento individual a professores e alunos no tratamento de problemas de ordem pedagógica;
- e)** Participar de comissões, comitês e grupos de trabalho que envolvem aspectos relativos ao pedagógico;
- f)** Participar das reuniões de pais;
- g)** Prestar assessoramento ao DDE/CTP;
- h)** Colaborar com o corpo docente na organização de programas de ensino, instrumentos de avaliação e apuração de resultados;
- i)** Participar na elaboração do currículo.

No momento, estão em andamento as seguintes atividades mais destacadas, que tem a participação da supervisão:

- Projeto Experimental de Física;
- Projeto de Mecânica Avançada;
- Projeto de Avaliação do Ensino da Língua Estrangeira na ETFRN;
- Comissão para estudo sobre evasão e repetência;
- GT para estudo sobre Portaria de Recuperação.

MIRIAM PADILHA (SUPERVISÃO E DOCÊNCIA)

1. Coordenação da equipe;
2. Supervisão do curso de Estradas;
3. Supervisão da área de Língua Estrangeira (Francês/Inglês);
4. Supervisão da disciplina Física;
5. Grupo de Trabalho para estudo sobre Recuperação;
6. Representação da Coord. Técnico Pedagógica no Conselho Técnico Pedagógico;
7. Representação da Coord. Técnico Pedagógica no Comitê de Educ. para Qualidade;
8. Disciplina: Orientação Ocupacional 7.42 (Total: 02 aulas)
9. Reuniões Semanais/Quinzenais: Estudos Sociais/Orientação Ocupacional/Coord. Técnico Pedagógica/DDE/CTP/Supervisão Pedagógica.

JALDIMAR LIBANIO (SUPERVISÃO E DOCÊNCIA)

1. Supervisão nos cursos Mineração/Geologia;
2. Supervisão no curso de Segurança do Trabalho;
3. Grupo de Trabalho para reestruturação do Pro-Técnico;
4. Grupo de Trabalho para estudo sobre Recuperação;
5. Comissão para estudo da Evasão e Repetência;
6. Disciplina: Orientação Ocupacional 7.51 e 7.52 (Total: 04 aulas)
7. Reuniões Semanais/Quinzenais: Estudos Sociais/Orientação Ocupacional/Coord. Técnico Pedagógica/Supervisão Pedagógica.

DALIA DE LIMA (SUPERVISÃO E DOCÊNCIA)

- Supervisão Pedagógica na Área de Ciências (Química/Biologia/Prog. de Saúde);
- Supervisão Pedagógica na Área de Est. Sociais (História / Geografia / OSPB / EMC / 0.0. / Est. Regionais / Organização e Normas);
- Supervisão Pedagógica na Área de Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa/Redação Oficial/ Educação Artística);
- Grupo de Trabalho para estudo sobre Recuperação;
- Disciplina: Geografia 1.12 (Total: 04 aulas);

- Reuniões Semanais/Quinzenais: Estudos Sociais/Coord. Técnico Pedagógica/Supervisão Pedagógica.

OBS: A Supervisora Dália é também Coordenadora da equipe de Orientação Educacional, onde além da reunião de O.E, tem atividade de sala de aula na 1.22 (1 sessão); Reunião DDE/CTP e um trabalho específico com representante de turmas.

VERÔNICA (SUPERVISÃO)

1. Supervisão Pedagógica no curso de Mecânica;
2. Supervisão Pedagógica no curso de Eletrotécnica;
3. Supervisão Pedagógica no curso de Edificações;
4. Projeto 'Vamos Fazer, vamos Construir';
5. Grupo de Trabalho para estudo sobre Recuperação;
6. Reuniões Semanais/Quinzenais: Supervisão Pedagógica/CTP.

A 5ª Supervisora (Gildete Leal) encontra-se de licença para acompanhar a saúde do marido, tendo retorno previsto para 04 de julho.

OBS: 1 - Nesta nova redistribuição, no momento, as Coordenadorias de Desenho, Educação Física e Informática não ficaram sob a responsabilidade direta de nenhuma supervisora.

2 - As Coordenadorias de Saneamento e Matemática, serão atendidas pela professora Graça Baracho, Coordenadora da CTP.

Natal, 22 de março de 1993.

Profª Maria das Graças Baracho Silva
Coord. Técnico Pedagógica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste e-book representa um marco importante na preservação e valorização da história do Serviço Social no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Ao transformar registros datilografados em um material digital acessível, contribui-se para a democratização da informação e para a continuidade da memória institucional, assegurando que a trajetória das assistentes sociais que atuaram na instituição seja reconhecida e difundida.

Mais do que uma iniciativa de registro histórico, este trabalho constitui um instrumento de pesquisa e reflexão, voltado a estudantes, profissionais e demais interessados na área do Serviço Social e na história da educação profissional e tecnológica. A fidelidade na transposição dos conteúdos originais garante a integridade e a confiabilidade dos dados, consolidando uma base segura para futuras consultas e investigações acadêmicas.

Este e-book também se configura como uma intervenção significativa no âmbito do estágio supervisionado, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática. Ao reunir orientações, experiências e reflexões sobre o fazer profissional, o material contribui para a formação crítica, ética e comprometida dos futuros assistentes sociais.

Em síntese, a criação deste e-book reafirma o compromisso com a formação de qualidade, com a preservação da memória do Serviço Social e com a valorização das profissionais que construíram essa história no IFRN. Que este material inspire novas pesquisas, motive o fortalecimento da profissão e mantenha viva a importância social e educativa do Serviço Social na instituição.



REFERÊNCIAS

SERVIÇO SOCIAL DO IFRN. Memórias e Documentos do Serviço Social no IFRN. Manuscrito datilografado, s.d. Acervo do Setor de Serviço Social do IFRN.



EDITORIA
UNION

ISBN 978-658488552-3



9

786584

885523

